

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

LAURA DUARTE GONÇALVES

A REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV EM FOCO:

UMA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 256/91

RIO DE JANEIRO

2004

LAURA DUARTE GONÇALVES

A REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV EM FOCO:

Uma análise do Projeto de Lei nº 256/91

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo.

Orientadora: Prof. Ilana Strozenberg

Rio de Janeiro

2004

Gonçalves, Laura Duarte.

A regionalização da programação de TV em foco: Uma análise do projeto de lei nº 256/91. / Laura Duarte Gonçalves. Rio de Janeiro, 2004.

x, 103 f.: il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2004.

Orientadora: Ilana Strozenberg.

1. Televisão. 2. Regionalização. 3. Comunicação Social. 4. Monografia. I. Strozenberg, Ilana (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

LAURA DUARTE GONÇALVES

A REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV EM FOCO:

Uma análise do Projeto de Lei nº 256/91

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo.

Rio de Janeiro,      de dezembro de 2004.

---

- Orientadora

Prof. Dra. Ilana Strozenberg, Doutora em Comunicação, ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Aluizio Trinta, Doutor em Comunicação e Cultura, ECO/UFRJ

---

Prof. Dra. Priscila Kuperman, Doutora em Comunicação, ECO/UFRJ

---

Prof. Dra. Fátima Sobral Fernandes, Doutora em Comunicação, ECO/UFRJ

“A televisão é e será aquilo que nós fizermos dela. Nem ela, nem qualquer outro meio, estão predestinados a ser qualquer coisa fixa. Ao decidir o que vamos ver ou fazer na televisão, ao eleger as experiências que vão merecer a nossa atenção e o nosso esforço de interpretação, ao discutir, apoiar ou rejeitar determinadas políticas de comunicação, estamos, na verdade, contribuindo para a construção de um conceito e uma prática de televisão”. (Arlindo Machado)

## RESUMO

GONÇALVES, Laura Duarte. **A regionalização da programação de TV em foco: o Projeto de Lei nº 256/91**. Rio de Janeiro, 2004. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

No trabalho apresentado, procurou-se analisar a regionalização da programação de TV, no contexto do Projeto de Lei nº 256/91, da deputada federal Jandira Feghali. A análise buscou, por meio de pesquisa de dados sobre o tema em jornais e na *Internet*, traçar um histórico do processo de aprovação do Projeto na Câmara dos Deputados. Este durou quinze anos e envolveu vários setores da sociedade: emissoras de TV, parlamentares, cineastas, jornalistas e artistas. Além disso, foram estabelecidas as posições tomadas e justificativas dadas durante o debate. A bibliografia selecionada serviu de base para uma maior compreensão das questões relativas à regionalização da programação, como as diversas formas em que pode ser entendido o termo regional, a busca pela qualidade na televisão e os aspectos relativos à viabilidade do Projeto. Também fizeram parte da análise as experiências de algumas emissoras que já regionalizam alguma parte de sua grade de programação e, por fim, outros projetos e caminhos que possam levar a uma maior regionalização tiveram ênfase neste trabalho.

## ABSTRACT

GONÇALVES, Laura Duarte. **A regionalização da programação de TV em foco: o Projeto de Lei nº 256/91.** Rio de Janeiro, 2004. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

The following project analyses the regionalism of TV programmes according to the Law project number 256/91 by the federal deputy, Jandira Feghali. The analysis which was made through research about this topic both in the newspapers and on the internet tried to delineate the historical process of the Law project's approval in the Chamber of deputies. This process lasted fifteen years and involved some sectors of the society such as: TV channels, movie makers, parliamentarians, journalists and artists. Besides that, the decisions which were made and their justifications during the debate were also considered. The selected bibliography was the basis for a better understanding of the issues related to the broadcast regionalism, the meaning of the word "regionalism", the search for TV quality and also the aspects concerning the viability of the project. Not only were experiences of some TV channels which have already regionalized some of their programmes taken into account in this project, but also other projects which can lead to a bigger regionalization.

## LISTA DE SIGLAS

Abert - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

Abratel - Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações

ABTA - Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura

ANCINE - Agência Nacional de Cinema

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCJR - Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

CEC - Comissão de Educação e Cultura

CNT - Central Nacional de Televisão

EPTV - Emissoras Pioneiras de Televisão

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PF – Partido Federalista

PL - Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

TVE - TV Educativa



## LISTA DE ANEXOS

|   |     |
|---|-----|
| <b>ANEXO A</b> – Constituição Federal – Artigos citados no trabalho.....  | 84  |
| <b>ANEXO B</b> – Projeto de Lei 256-E, de 1991 – Redação Final.....   | 87  |
| <b>ANEXO C</b> – Manifesto em defesa da regionalização da cultura.....  | 89  |
| <b>ANEXO D</b> – Emissoras e retransmissoras de TV no Brasil.....   | 91  |
| <b>ANEXO E</b> – Grade de programação exibida pela RBS entre os dias 7 e 13 de<br>Novembro de 2004.....           | 93  |
| <b>ANEXO F</b> – Grade de programação exibida pela Rede Minas entre os dias 7<br>e 13 de novembro de 2004.....    | 98  |
| <b>ANEXO G</b> – Grade de programação exibida pela EPTV Ribeirão entre os dias<br>6 e 12 de novembro de 2004..... | 104 |
| <b>ANEXO H</b> – Grade de programação exibida pela TV Vanguarda entre os dias<br>7 e 13 de novembro de 2004.....  | 109 |

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b><u>INTRODUÇÃO</u></b>   | <b>11</b> |
| <b>1.1</b>   | <b>A REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV NO CONTEXTO DO PROJETO DE LEI 256/91</b>          | <b>11</b> |
| <b>1.2</b>   | <b>JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DO ESTUDO</b>  | <b>12</b> |
| <b>1.3</b>   | <b>OBJETIVO DO TRABALHO</b>  | <b>13</b> |
| <b>1.4</b>   | <b>HIPÓTESES DO TRABALHO</b>   | <b>13</b> |
| <b>1.5</b>   | <b>DELIMITAÇÃO DO TEMA</b>   | <b>14</b> |
| <b>1.6</b>   | <b>METODOLOGIA ADOTADA</b>   | <b>16</b> |
| <b>1.7</b>   | <b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b>   | <b>17</b> |
| <b>2</b>     | <b><u>O PROJETO DE REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV DA DEPUTADA JANDIRA FEGHALI</u></b> | <b>19</b> |
| <b>2.1</b>   | <b>LEGISLAÇÃO</b>  | <b>19</b> |
| <b>2.2</b>   | <b>O QUE É O PROJETO DE LEI 256/91</b>   | <b>21</b> |
| <b>2.3</b>   | <b>HISTÓRICO DO PROJETO DE LEI 256/91</b>  | <b>23</b> |
| <b>2.4</b>   | <b>JUSTIFICATIVAS DA MUDANÇA E POSIÇÕES TOMADAS</b>  | <b>27</b> |
| <b>2.4.1</b> | <b>Posições favoráveis</b>   | <b>28</b> |
| <b>2.4.2</b> | <b>Posições contrárias</b>   | <b>30</b> |
| <b>3</b>     | <b><u>A VIABILIDADE DO PROJETO</u></b>   | <b>33</b> |
| <b>3.1</b>   | <b>ASPECTOS ECONÔMICOS</b>   | <b>33</b> |
| <b>3.2</b>   | <b>FISCALIZAÇÃO</b>  | <b>38</b> |
| <b>3.3</b>   | <b>ALGUMAS EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS</b>  | <b>38</b> |
| <b>3.3.1</b> | <b>RBS TV</b>  | <b>39</b> |

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 3.3.2 | Rede Minas de Televisão .....  | 40 |
| 3.3.3 | EPTV .....   | 41 |
| 3.3.4 | TV Vanguarda .....   | 42 |
| 4     | <b><u>ALGUMAS QUESTÕES QUE PODEM SER LEVANTADAS</u></b>                          |    |
|       | <b><u>SOBRE O PROJETO DE JANDIRA FEGHALI</u></b> .....                           | 45 |
| 4.1   | O REGIONAL NA TV .....   | 45 |
| 4.1.1 | A definição dos limites do regional .....  | 45 |
| 4.1.2 | Programação regional no contexto da globalização .....                           | 48 |
| 4.1.3 | Laço social – valorização da programação nacional e regional .....               | 49 |
| 4.2   | A BUSCA PELA QUALIDADE NA TV .....   | 53 |
| 4.2.1 | Critérios de qualidade discutidos .....  | 53 |
| 4.3   | CONTEÚDO REGIONAL .....  | 56 |
| 5     | <b><u>CAMINHOS PARA ALCANÇAR A REGIONALIZAÇÃO DA</u></b>                         |    |
|       | <b><u>PROGRAMAÇÃO DA TV</u></b> .....  | 57 |
| 5.1   | ADAPTAÇÃO DAS EMISSORAS À REGIONALIZAÇÃO .....                                   | 57 |
| 5.2   | PROJETO “BRASIL TOTAL” .....   | 60 |
| 5.3   | PARCERIAS REGIONAIS .....  | 63 |
| 5.4   | OUTROS PROJETOS DE LEI .....   | 64 |
| 5.4.1 | Projeto de lei 192/91, do senador Iram Saraiva .....                             | 64 |
| 5.4.2 | Projeto de Lei 3384/97, do ex-deputado Marçal Filho .....                        | 65 |
| 5.4.3 | Projeto de Lei 506/91, do ex-deputado Nilson Gibson .....                        | 66 |
| 5.4.4 | Projeto de Lei 2037/91, do ex-ministro João Eduardo Cerdeira<br>de Santana ..... | 67 |

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 5.4.5 | Projeto de Lei 3273/04, do deputado Almir Moura ..... | 67 |
| 6     | <b><u>CONCLUSÕES</u></b> .....                        | 70 |
|       | <b>REFERÊNCIAS</b> .....                              | 77 |
|       | <b>ANEXOS</b> .....                                   | 83 |

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 A REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV NO CONTEXTO DO PROJETO DE LEI 256/91**

Segundo a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2000, p. 75), a regionalização da programação de rádio e TV deve ser uma premissa observada pelas emissoras de radiodifusão. Este dispositivo constitucional deveria ser colocado em prática através de percentuais estabelecidos em leis posteriores, uma vez que a Constituição não os define. Desde então, dezenas de projetos de lei têm sido propostos com o objetivo de fixar tais percentuais. Desses projetos, apenas alguns estão em tramitação no Congresso atualmente e, entre eles, encontra-se o 256/91 [conhecido como “Projeto de regionalização da programação”], de autoria da deputada federal Jandira Feghali. Em discussão desde 1989, sua possível aprovação tem gerado um amplo debate envolvendo parlamentares, emissoras de televisão, artistas e produtores independentes. Este debate obteve uma grande cobertura na mídia impressa nos últimos anos e, em agosto de 2003, o Projeto de regionalização foi aprovado na Câmara dos Deputados, de onde seguiu para o Senado Federal. Se for aprovado, deverá ser colocado em prática em um prazo de dois anos (ANDRÉ, 2002a).

Assim, o Projeto de Lei (PL<sup>1</sup>) de Jandira Feghali é visto, primeiramente, como uma forma de se regulamentar um dispositivo constitucional não aplicado. Mas foram levantadas no processo outras justificativas para sua aprovação. Ele é visto, por exemplo, como uma alternativa ao fato de grande quantidade da programação da TV brasileira ser produzida nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e que poderia levar a uma maior geração de empregos na área de televisão e à democratização dos meios de comunicação no País.

---

<sup>1</sup> Daqui por diante, neste trabalho, a sigla PL se referirá a “Projeto de Lei”.

Além disso, foram encontradas, na análise feita neste trabalho, questões que estão implícitas nas discussões em torno da aprovação do Projeto de Lei 256/91. Dentre elas, podem ser citadas a reivindicação por uma televisão de mais qualidade, a valorização da cultura local, o papel da TV como criadora de vínculos sociais e estruturadora da imagem de nação e comunidade simbólicas, além da regionalização da programação vista como resposta à globalização e invasão da TV brasileira por produções estrangeiras.

Nos debates realizados na Câmara dos Deputados, as emissoras de televisão colocaram-se sempre contrárias ao Projeto de Lei, por acreditarem que os percentuais propostos por Jandira Feghali seriam impraticáveis em algumas localidades do Brasil. Já a classe artística e a maioria dos parlamentares colocaram-se a favor (VIANNA, 2004).

## **1.2 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DO ESTUDO**

Em primeiro lugar, discutir o projeto de regionalização da programação de TV é importante pelo próprio fato de estar regulamentando um dispositivo constitucional e estar em debate há quinze anos no Congresso, envolvendo vários setores da sociedade.

Além disso, o público telespectador também poderá sentir mudanças com a aprovação do projeto, uma vez que tem sido acostumado a ter à sua disposição poucos programas de TV de produção local, já que a maior parte do conteúdo de televisão é produzida nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em outras palavras, analisar a questão da regionalização da programação da televisão, no momento em que o Projeto de Lei 256/91 foi aprovado na Câmara dos Deputados, depois de várias discussões entre parlamentares, produtores de TV, emissoras e artistas, é de suma importância para todos aqueles que trabalham ou estudam a televisão no Brasil. Saber quais as

implicações do projeto para o público telespectador e para aqueles que trabalham no meio televisivo pode ajudar a viabilizar da melhor forma possível este projeto.

### **1.3 OBJETIVO DO TRABALHO**

O objetivo, neste trabalho, é apresentar o Projeto de Lei 256/91, referente à regionalização da programação de TV, analisando sua passagem no Congresso Nacional desde sua criação até sua aprovação na Câmara dos Deputados e ida para o Senado Federal. Procura-se descobrir quais as posições tomadas pelas partes envolvidas na discussão e quais as questões que são levantadas em torno dele, como a definição dos critérios do que é entendido por “regional”, a busca por uma televisão de mais qualidade, a importância da TV como estruturadora da noção de laço social entre indivíduos de uma mesma comunidade ou nação, a regionalização no contexto da globalização e os aspectos relativos à viabilidade do Projeto.

Além disso, no trabalho, também se procura apresentar exemplos de emissoras que já regionalizam alguma parte de sua programação, além de levantar outros caminhos possíveis que apontem para a regionalização da TV afora o Projeto de Jandira Feghali.

### **1.4 HIPÓTESES DO TRABALHO**

A hipótese de que parte a pesquisa é a de que há interesses, pontos de vista e objetivos diferentes por parte daqueles que estiveram envolvidos na discussão sobre o Projeto de Lei 256/91 no que se refere à regionalização da programação televisiva e à busca por uma televisão de melhor qualidade, e que o conceito de “regional”, bem como o de “qualidade em TV” é relativo, podendo ser entendido através de diversos pontos de vista.

## 1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A regionalização da programação de TV é um tema bastante amplo, que envolve inúmeros aspectos. Por isso, delimitou-se o tema ao máximo para que as questões centrais pudessem ser analisadas.

No que se refere à legislação, primeiramente, partiu-se da regionalização da produção como um dispositivo constitucional não aplicado e, dentre os inúmeros projetos de lei que existem com esse objetivo, foi escolhido para análise o 256/91, de Jandira Feghali, por ser o que está há mais tempo em tramitação no Congresso e o que gerou um debate mais amplo entre as partes envolvidas na questão. O caminho do projeto no Congresso é analisado a partir de sua criação até a sua aprovação na Câmara dos Deputados e a primeira reunião do Conselho de Comunicação Social em 2004, feita para emitir parecer sobre o Projeto a ser entregue aos senadores. A tramitação do Projeto no Senado não é discutida neste trabalho.

O Projeto de Lei analisado também regulamenta a regionalização da programação de rádio e a produção independente para a TV. No entanto, discussões em torno das condições da produção independente no Brasil, sua importância e meios para valorizá-la não são levantadas neste trabalho. Questões pertinentes à regionalização da programação radiofônica também ficam de fora da análise aqui apresentada.

Além disso, a ênfase é dada às emissoras com sede nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e suas afiliadas, por terem sido as mais citadas durante as discussões e por serem as maiores produtoras de conteúdo televisivo no Brasil. Uma exceção é feita à Rede Minas, com sede em Minas Gerais, uma vez que ela contou com homenagens na Câmara dos Deputados, em razão da regionalização da sua programação.

O trabalho também focaliza os pontos de vista de emissoras de TV, parlamentares e público. As posições de cineastas e da classe artística apenas são citadas, não avaliadas.



A iminência do emprego de novas tecnologias de TV, como a televisão digital, e seu impacto sobre a organização das grandes redes brasileiras também não faz parte do objetivo de análise desta monografia, embora se reconheça que, uma vez concretizado, poderá levar a grandes mudanças no conceito de grade de programação que se conhece. A análise que é feita parte do atual quadro de organização das emissoras de televisão brasileira.

Sabe-se da amplitude das questões que podem ser levantadas acerca do tema da regionalização da programação de TV no contexto do Projeto de Lei 256/91, levando-se em conta, inclusive, que ele ainda não foi aprovado pelo Senado Federal. Portanto, procura-se ater, aqui, às questões da viabilidade do projeto, da dificuldade em definir os limites do que se entende por “regional”, da regionalização vista como uma reação ao processo de globalização e à TV vista como organizadora do “laço social” que une os indivíduos de uma mesma nação. Além disso, procura-se entender o debate sobre o Projeto de Lei no contexto de uma busca por uma televisão de mais qualidade, em que cada parte envolvida na discussão busca um tipo de qualidade diferente.

Ainda não se pode saber que rumos as discussões sobre a regionalização tomarão no Senado. Elas tanto podem ser favoráveis ao Projeto quanto contrárias e, nas duas hipóteses, vários caminhos podem ser escolhidos. Neste trabalho procura-se, portanto, apresentar algumas alternativas a esta situação, mostrando o caso de algumas emissoras que já regionalizam alguma parte de sua programação e expondo alguns caminhos possíveis através dos quais este debate poderá seguir. Nesse sentido, são mostradas mudanças que algumas emissoras estão operando para alcançar uma maior regionalização, outras alternativas propostas por diretores de TV e os outros projetos de lei que tratam da regionalização da TV que estão tramitando na Câmara dos Deputados.

Tem-se consciência que este é um debate que ainda está aberto e que muitas contribuições ainda podem ser feitas para se buscar uma maior compreensão das questões que

se encontram por trás da discussão em torno da regionalização da programação de TV. Este trabalho procura, assim, dar um primeiro passo rumo a um maior entendimento e documentação desta questão.

## **1.6 METODOLOGIA ADOTADA**

Em primeiro lugar, uma vez que não foi encontrada bibliografia que pudesse servir de base para o início da pesquisa sobre o Projeto de Lei de Jandira Feghali, foi feita uma pesquisa sobre o PL 256/91 e a questão da regionalização da programação em jornais de São Paulo [Folha de São Paulo e Estado de São Paulo] e Brasília [Jornal da Câmara e Agência Câmara de Notícias], uma vez que esses periódicos foram aqueles que fizeram uma cobertura mais ampla sobre a tramitação do Projeto, e sobre as reações das partes envolvidas na discussão. Nesses jornais, encontrou-se uma grande quantidade de material para análise e, a partir destes dados, foi feito um histórico da tramitação do projeto de Jandira Feghali na Câmara.

A partir daí, pesquisou-se a legislação referente à Comunicação Social, em especial a Constituição de 1988 e outros projetos de lei com o mesmo objetivo do Projeto de Regionalização, encontrados no *site* da Câmara dos Deputados. Foi feita, então, uma comparação entre este material e o Projeto de Jandira Feghali.

Em seguida, as informações obtidas foram analisadas para se entender quais seriam as posições adotadas pelas partes envolvidas na questão, favoráveis ou contrárias à aprovação do Projeto, além de quais questões poderiam ser levantadas a partir de uma análise. Foi, então, selecionada a bibliografia que serviria de base para o estudo: “O Elogio do Grande Público”, de Dominique Wolton; “O Desmanche da Cultura”, de Mike Featherstone; “A Identidade

Cultural na Pós-modernidade”, de Stuart Hall; e “Comunicação de Massa, Gosto Popular e Ação Social Organizada”, de Robert K. Merton e Paul F. Lazarsfeld.

Na última etapa, foram analisadas as experiências de quatro emissoras que já regionalizam parte de sua produção. Foram escolhidas: a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) [afiliada da Rede Globo], por ter sido citada durante os debates na Câmara dos deputados como um exemplo a ser seguido e uma prova de que é possível regionalizar, pelo menos, alguma parte da programação; a Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV) [afiliada da Rede Globo] e a Rede Minas [emissora estatal], uma vez que foram homenageadas na Câmara dos Deputados pelo caráter regional de sua programação; e a TV Vanguarda [afiliada da Rede Globo], por ter como um de seus objetivos declarados experimentar novas formas de se fazer televisão através da regionalização da programação de TV. Foi analisada a grade de programação destas quatro emissoras entre os dias 6 e 13 de novembro, e comparada a quantidade de programação regional em relação aos critérios propostos por Jandira Feghali em seu projeto.

## **1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

No primeiro capítulo, são apresentados os princípios constitucionais que devem reger a Comunicação Social e a programação de rádio e televisão brasileira e é exposto o contexto em que foi feito o Projeto de Lei 256/91. Além disso, é feita uma explicação detalhada do que é o Projeto de Jandira Feghali e de sua tramitação na Câmara dos Deputados, desde sua criação até sua aprovação e encaminhamento para o Senado Federal, dando-se ênfase às discussões realizadas entre 2002 e 2003. Em seguida, são colocadas as posições tomadas e justificativas dadas [favoráveis e contrárias ao Projeto] durante os debates na Câmara.

No segundo capítulo, são levantados questionamentos sobre a viabilidade do projeto, no que se refere aos aspectos econômicos envolvidos na sua aplicabilidade e à fiscalização. Em seguida, apresentam-se as experiências da RBS, EPTV, Rede Minas e TV Vanguarda como exemplos de regionalizações possíveis.

No terceiro capítulo, são questionados alguns aspectos em torno da discussão sobre o Projeto de Lei 256/91 e a regionalização da programação de TV. No primeiro subitem são analisados os critérios para se definir os conceitos de “regional” e “local” e as diversas formas como eles podem ser encarados. A seguir, é feita uma explicação da regionalização vista como reação à globalização. No terceiro subitem, procura-se compreender a TV como laço social e organizadora das diversas identidades do indivíduo. Por fim, analisa-se a questão do conteúdo e da qualidade em TV no contexto da discussão sobre o Projeto.

No quarto capítulo, apresentam-se caminhos possíveis para a regionalização. Em primeiro lugar, são levantadas mudanças que algumas emissoras fizeram nos últimos anos rumo a uma maior regionalização. Em seguida, é apresentado o projeto “Brasil Total”, da Rede Globo, que propõe que a regionalização seja vista de uma forma que vá além do proposto pela deputada Jandira Feghali. Também é apresentada a alternativa de serem feitas parcerias regionais entre as emissoras afiliadas para se alcançar a regionalização e, por fim, é feito um paralelo entre os outros projetos de lei sobre o mesmo tema que estão em tramitação atualmente na Câmara dos Deputados e o PL 256/91.

No último capítulo, apresentam-se as conclusões a que se chegou com a realização do trabalho.

## **2 O PROJETO DE REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE TV DA DEPUTADA JANDIRA FEGHALI**

### **2.1 LEGISLAÇÃO**

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988, p. 19), são objetivos fundamentais da República garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais e regionais.<sup>2</sup> Além disso, é livre a manifestação do pensamento, a atividade intelectual, artística e de comunicação, independentemente de licença.<sup>3</sup> O artigo 170 da Constituição (*Ibid.*, p.65) também prega que a ordem econômica deve procurar reduzir as desigualdades sociais e regionais<sup>4</sup> e o 215 diz que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (*Ibid.*, p.74).<sup>5</sup> Compete à União legislar e ao Congresso Nacional criar os dispositivos legais sobre a comunicação e a radiodifusão (*Ibid.*, p. 28, 37).<sup>6</sup>

Na parte constituinte referente à Comunicação Social (*Ibid.*, p.75), são encontradas as diretrizes que deverão orientá-la. Qualquer tipo de censura é proibido, seja de natureza política, ideológica ou artística<sup>7</sup>. No entanto, são assegurados meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de TV que sejam contrários ao que se refere o artigo 221<sup>8</sup>.

Este artigo, especificamente, apresenta os princípios básicos a que a programação e a produção das emissoras de televisão deverão obedecer. Dentre eles, encontram-se a

---

<sup>2</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 3º, II e III

<sup>3</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 5º, IV e IX

<sup>4</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 170, VII

<sup>5</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 215

<sup>6</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 22, IV e art. 48, XII

<sup>7</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 220, § 1º e 2º

<sup>8</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art. 220, § 3º, II

“promoção da cultura nacional e regional e o estímulo à produção independente que objetive sua divulgação”, além da “regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” [incisos II e III<sup>9</sup>] (BRASIL, 1988, p.75).

A programação de rádio e TV tem sido, desde então, objeto de diversos projetos de lei do Congresso Nacional. Isto ocorre porque muitos dispositivos constitucionais referentes à Comunicação Social ainda não foram regulamentados por lei, ou seja, a Constituição apenas diz quais devem ser os princípios norteadores da Comunicação Social, mas não explicita como colocá-los em prática. Assim, há centenas de projetos tramitando na Câmara dos Deputados sobre a programação televisiva, cujos assuntos variam desde a definição de horários para a exibição de determinados programas ao acesso dos deficientes auditivos à TV (ANDRÉ, 2002a).

A regionalização da programação e produção cultural, artística e jornalística, em particular, também tem sido alvo de projetos de lei desde 1988. Na pesquisa realizada para este trabalho foram encontrados 29 projetos diferentes com este propósito. Desses projetos, apenas cinco estão em tramitação no Congresso atualmente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004a)<sup>10</sup>. Dentre eles, há o Projeto de Lei 256/91, de autoria da deputada federal Jandira Feghali, cujas questões e implicações são estudadas neste trabalho.

O Projeto de Jandira Feghali foi aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2003, após doze anos de tramitação e amplo debate que envolveu o Congresso, representantes das emissoras de televisão e rádio, trabalhadores da área de comunicação e representantes da classe artística e da sociedade civil. Neste momento, o Projeto de Lei está sendo analisado no Senado Federal. Se aprovado, seguirá para aprovação do Presidente da República; se emendado, retornará à Câmara; e se não for aprovado, será arquivado. Nesta monografia,

---

<sup>9</sup> Ver anexo A – Constituição Federal, art.221, II e III

<sup>10</sup> Ver item 5.4 deste trabalho

somente é analisado o caminho feito pelo PL 256/91 até sua aprovação na Câmara e a elaboração do parecer sobre o projeto pelo Conselho de Comunicação Social para o Senado.

## 2.2 O QUE É O PROJETO DE LEI 256/91

O Projeto de Lei 256/91, de Jandira Feghali, define o percentual mínimo dos programas de produção regional que deverão ser obrigatoriamente exibidos pelas emissoras de rádio e TV, perfis e características, critérios utilizados nas suas produções e penalidades no caso de descumprimento, prevendo um prazo de dois anos a partir de sua aprovação para a adaptação das emissoras. (BRASIL, 1991a). Para o propósito do trabalho aqui apresentado, somente são analisados os aspectos do projeto relativos à programação televisiva, e não à radiofônica<sup>11</sup>.

Produção regional é definida no projeto de Jandira Feghali como: “a produção cultural, artística e jornalística<sup>12</sup> totalmente produzida e emitida nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras de radiodifusão ou televisão e suas afiliadas e realizada por produtor local” (*Ibid.*).

A carga horária mínima obrigatória de exibição de programas deverá ser veiculada entre 5h e 24h. Em áreas geográficas com mais de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores, as emissoras deverão produzir vinte e duas horas semanais de programação regional; no caso de emissoras que atendam a áreas geográficas com menos de um milhão e quinhentos mil, dezessete horas semanais; e, no caso de emissoras localizadas em áreas com menos de quinhentos mil, dez horas semanais. Esses valores estabelecidos deverão passar

---

<sup>11</sup> Ver anexo B com o Projeto na íntegra.

<sup>12</sup> “Programação cultural, artística e jornalística” é entendida nesse Projeto de Lei como aquela de que fazem parte apresentações musicais, espetáculos de teatro, ópera, circo, dança, teledramaturgia, obras audiovisuais de ficção, documentários, animação, programas jornalísticos e religiosos. “Teledramaturgia” é vista como seriados, novelas, séries, minisséries e outras obras audiovisuais. “Programação jornalística” é, aqui, composta por telejornais, debates, mesas-redondas, entrevistas, reportagens e assemelhados, documentários e eventos esportivos”. (*Ibid.*)

para trinta e duas horas no primeiro caso e para vinte e duas horas no segundo, no prazo de cinco anos, com aumentos proporcionais ao final de cada ano. No caso da Amazônia Legal, a carga horária estabelecida será computada para os programas produzidos e emitidos na região como um todo.

Além disso, um mínimo de quarenta por cento dessa produção regional deverá ser alcançado através da veiculação de produção independente<sup>13</sup> e, deste total, pelo menos quarenta por cento deverá ser destinado à exibição de documentários, obras de ficção e animação, incluindo teledramaturgia. No máximo, cinco por cento da faixa destinada à produção independente poderá ser preenchida por publicidade comercial.

O Projeto de Lei também obriga as emissoras de televisão a exibirem em sua programação pelo menos uma obra cinematográfica ou videofonográfica nacional por semana, sendo, no mínimo, cinquenta por cento de longa metragem. Se estas obras forem produções independentes, sua duração será computada em dobro. Por exemplo: se uma emissora de televisão que, pela sua área de cobertura, deve veicular vinte e duas horas semanais de programação regional, exibe um filme de produção independente e este tem duração de 2h, o tempo de 4h será descontado do total de horas obrigatórias.

Já as operadoras de TV por assinatura deverão ter em sua grade um canal inteiramente dedicado à veiculação de produção cultural e educativa brasileira, sendo que, no mínimo, sessenta por cento de sua programação deverá ser fornecida por produtores independentes. Os outros canais de televisão da operadora serão obrigados a transmitir, no mínimo, cinquenta por cento de programação nacional.

As emissoras de TV que não cumprirem o que o projeto propõe receberão, sucessivamente, estas penalidades: advertência; multa; suspensão da concessão por até vinte e

---

<sup>13</sup> Para os efeitos desta Lei, produção independente é “aquela realizada por produtor ou produtora independente que não tenha qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários, quotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoa física ou jurídica”. (BRASIL, 1991a) Segundo esta definição de produção independente, não fica claro como serão consideradas as co-produções entre emissoras e produtoras independentes.



quatro horas, no caso da primeira reincidência; e suspensão da concessão por até trinta dias, a cada reincidência.

### **2.3 HISTÓRICO DO PROJETO DE LEI 256/91**

O Projeto de Lei de regionalização da programação de TV vem sendo debatido há cerca de 15 anos. Foi formulado, inicialmente, pela ex-deputada federal Lídice da Mata, do PC do B, em 1989, com o número 2252/89. Esse projeto fixava em trinta por cento a programação local obrigatória, regulamentando os dispositivos da Constituição Federal. Foi anexado ao Projeto de Lei 1194/88, do ex-deputado federal Jorge Arbage (PDS-PA), por tratarem do mesmo tema, e arquivado em 1991, quando foi substituído pelo PL 256/91, da deputada Jandira Feghali (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004b).

Para os membros do PC do B e os outros setores que estiveram envolvidos na discussão (cultural, artístico e jornalístico), o PL 256/91 foi o que melhor respondeu à necessidade de divulgação de obras produzidas localmente nas regiões de todo o Brasil (FEGHALI, [200-?]). Inicialmente, o projeto de Jandira Feghali propunha, assim como o de Lídice da Mata, que as emissoras exibissem em sua programação diária, das 7h às 23h, pelo menos trinta por cento de programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos no local de sua sede (*Ibid.*).

Enquanto tramitava na Câmara, foi anexado a dois outros projetos que não tinham relação direta com a regionalização, sendo rejeitado em 1995. Jandira Feghali pediu, então, para que seu projeto voltasse a tramitar de forma autônoma no Congresso, o que foi aceito (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004c).

Em seguida, o PL tramitou na Câmara dos Deputados sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC -, Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI –, Comissão de Educação e Cultura – CEC – e Comissão de Constituição e Justiça e de Redação - CCJR). Ou seja, as discussões e votações sobre o PL foram feitas pelas Comissões e não pelo Plenário da Câmara. Cada comissão discutiu e votou o Projeto e, quando era aprovado por uma, seguia para outra (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004c).

Entre 1996 e 2002, o Projeto de Lei esteve em tramitação na CEC, na CCJC e na CCTCI, onde recebeu pareceres favoráveis dos relatores [deputada Marilu Guimarães, deputado Vicente Cascione e deputado Marcelo Barbieri].<sup>14</sup> Enquanto isso, em 2001, foi apensado a dois projetos de regionalização da programação de rádio: o PL 5416, de autoria do deputado Pompeu de Mattos, que obrigava as emissoras de rádio a destinarem vinte por cento de sua programação para a divulgação e execução de trabalhos musicais de artistas regionais; e o PL 5517, que estabelecia a obrigatoriedade de as emissoras de rádio transmitirem sessenta por cento de sua programação diária de programas jornalísticos, culturais e artísticos produzidos no local de sua sede. Estas duas propostas foram rejeitadas pela CCTCI, levando o Projeto de Jandira Feghali a tramitar de forma autônoma novamente (*Ibid.*).

Em abril de 2002, o relator do Projeto na CCTCI, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), diante do interesse despertado entre os parlamentares, emissoras, produtores e artistas, preferiu retirar o PL da pauta e propor a realização de uma audiência pública para discutir a proposição (JORNAL DA CÂMARA, 2002a).

Em junho de 2002, foi realizada a audiência. Para discutir o assunto, foram convidados representantes das emissoras Globo, SBT, Bandeirantes, Record, CNT (Central Nacional de Televisão), TV Cultura de São Paulo, TV Educativa (TVE), Sindicato dos Artistas Profissionais, Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Agência Nacional de Cinema (ANCINE), o presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), o

---

<sup>14</sup> Para os fins deste trabalho, é enfatizado o caminho que o Projeto fez na Câmara a partir de 2002, até sua aprovação e encaminhamento para o Senado, em agosto de 2003, uma vez que foi neste período que o tema foi mais discutido pelos diversos setores envolvidos na questão.

presidente do Observatório da Imprensa, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel) e proprietários de emissoras regionais afiliadas às redes de televisão (JORNAL DA CÂMARA, 2002b).

O objetivo da audiência era esclarecer dúvidas sobre a viabilidade da execução do projeto e para que se pudesse atender às demandas de todas as partes interessadas na questão. Nela, o representante da Bandeirantes, Washington Melo, e Roberto Wagner, presidente da Abratel, defenderam que a proposta de regionalização da programação das emissoras de rádio e TV fosse decidida pelo Conselho de Comunicação Social<sup>15</sup>, o que não foi atendido, com a alegação de que o papel do Conselho é emitir pareceres e discutir questões relevantes à Comunicação Social, mas sem poder de decisão (*Id.*, 2002c).

Depois da audiência, o deputado relator recebeu as contribuições dos representantes das redes de TV e entidades de empresas e trabalhadores ouvidos, visando atender às reivindicações para atualizar a proposição. (*Id.*, 2002d). Assim, o relatório original passou por modificações. Representantes de grandes emissoras de TV, afiliadas regionais e outras entidades, além de cineastas – representados por Tizuka Yamazaki, Geraldo Moraes, João Batista de Andrade e Assunção Hernandes, presidente do Congresso Brasileiro de Cinema - propuseram alterações no projeto em reuniões realizadas nos meses seguintes. Nessa nova versão, o tempo destinado à programação regional foi reduzido, em relação à proposta original de trinta por cento. Assim, as emissoras de TV ficariam obrigadas a reservar de quinze por cento [no caso de emissoras que atendessem áreas geográficas com menos de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores] a vinte por cento [emissoras que atendessem áreas geográficas com mais de um milhão e quinhentos mil domicílios com

---

<sup>15</sup> O Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, que tem como função realizar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas sobre, entre outras coisas, produção e programação das emissoras de rádio e televisão, promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística. (BRASIL, 1991b, p. 102)

televisores] de sua grade para produções regionais. A meta seria atingir em cinco anos os trinta por cento previstos originalmente (JORNAL DA CÂMARA, 2002e).

O Projeto de Lei original também não incluía as produções independentes nas emissoras de rádio e TV. Com a reformulação, quarenta por cento da produção regional seria preenchido por produção independente, dos quais quarenta por cento seria destinado à produção audiovisual. E destes, cinco por cento poderiam ser ocupados por publicidade local. Além disso, os canais passaram a ter de exibir um longa-metragem nacional toda semana. Outra mudança foi no prazo para adaptação às novas regras, que passou de seis meses para dois anos. Também foram incluídas obrigatoriedades relativas aos canais por assinatura, inexistentes na primeira versão do Projeto (*Ibid.*).

Em seguida, em dezembro de 2002, novas alterações foram feitas no PL 256/91, quando a Abert conseguiu que algumas de suas reivindicações fossem aceitas. Foram atenuadas as penalidades a serem aplicadas para as emissoras que descumprissem os limites estabelecidos pela Lei. Na nova proposta, as emissoras que, inicialmente estariam sujeitas a multa, suspensão da concessão por 30 dias e cancelamento da concessão no caso de reincidência, passaram a ser sujeitas a advertência, multa, suspensão por 24 horas e 30 dias, que se repetiria no caso de reincidência, indefinidamente.

Outra mudança foi quanto ao limite do horário em que deveria ser exibida a programação local. Enquanto a versão inicial do projeto propunha a veiculação de produção regional entre 7h e 23h, a atual amplia esse horário entre 5h e 24h, oferecendo maior liberdade para as emissoras montarem sua grade de programação. Também os percentuais impostos foram modificados para 22h, 17h ou 10h semanais de programação local de acordo com a área geográfica atendida pela emissora, em vez de 15% a 20% (*Id.*, 2002f).

Ainda em dezembro, o Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, seguindo para a Comissão

de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) para ser elaborada sua redação final. Nesta Comissão, o texto foi redigido pelo seu presidente, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Em junho de 2003, sua redação foi rejeitada. Foi, então, nomeado um novo relator, o deputado Roberto Magalhães (PTB-PE). No dia 13 de agosto de 2003, a CCJR aprovou a redação final do PL 256/91. Ele foi, então, finalmente, encaminhado ao Senado Federal (JORNAL DA CÂMARA, 2003)<sup>16</sup>.

Em março de 2004, iniciou-se uma série de audiências promovidas pelo Conselho de Comunicação Social para elaborar parecer sobre o Projeto de regionalização, que deveria ser entregue ao Senado. O relatório final do Conselho, com parecer favorável ao projeto, foi aprovado em maio, resultado de cinco reuniões em que foram ouvidos vários segmentos da indústria cinematográfica, representantes das emissoras de rádio e TV e da sociedade civil. Os representantes das empresas de rádio e TV votaram contra o relatório e os dos trabalhadores do setor e da sociedade civil votaram a favor. A Abert, inclusive, chegou a encaminhar ao Conselho, uma proposta alternativa para a regionalização. No entanto, a maioria da Comissão de Regionalização do Conselho de Comunicação Social a considerou um retrocesso, por desobrigar a TV de exibir filmes brasileiros, reduzir o número de horas destinadas à ampliação da produção regional e eliminar a produção independente (*Id.*, 2004).

## **2.4 JUSTIFICATIVAS DA MUDANÇA E POSIÇÕES TOMADAS**

Os vários segmentos envolvidos na discussão no Congresso manifestaram pontos de vista divergentes sobre a aprovação do Projeto, e os justificaram com base em alguns argumentos, que são apresentados nos subitens seguintes, distinguindo-se as posições favoráveis e contrárias. Algumas das questões centrais presentes, como a busca por uma TV

---

<sup>16</sup> No Senado Federal, o PL 256/91 é reconhecido como PL 59/03.

de mais qualidade, os aspectos econômicos, as diversas definições de local e regional e o conteúdo da programação são analisados nos capítulos seguintes.

#### **2.4.1 Posições favoráveis**

Percebe-se que o primeiro argumento favorável à aprovação do PL 256/91 é a própria necessidade de se regulamentar algo que consta na Constituição Federal, obrigando as emissoras e os produtores de TV a estimularem a cultura local e regional e a produção independente, regionalizando a programação. Jandira Feghali, entretanto, parte de outras premissas para justificar a necessidade de se regionalizar a produção de programas de televisão.

Segundo ela (FEGHALI *apud* MANIFESTO de apoio a projeto de regionalização, 2002), o Sudeste brasileiro vem sendo privilegiado em relação às políticas culturais públicas e privadas do país, centralizando a produção nacional televisiva e interferindo no mercado de trabalho de profissionais radicados nas várias regiões do Brasil (FEGHALI *apud* ANDRÉb, 2002a). Assim, a busca por uma real democratização dos meios de comunicação e o estímulo a esses profissionais que não encontram espaço de atuação nos mercados altamente competitivos das grandes cidades do Sul e Sudeste (principais produtoras de conteúdo da TV brasileira) são apontados como benefícios que o projeto poderia trazer (FEGHALI *apud* MANIFESTO de apoio a projeto de regionalização, *op. cit.*). Através dele, empregos seriam gerados, além de o potencial produtivo regional ser valorizado. Este argumento é reiterado pelas próprias emissoras de TV que, na matéria “Projeto que regionaliza TV cria cota para produção independente”, da Folha de São Paulo, publicada em 4 de dezembro de 2002, afirmam que mais de noventa por cento da programação exibida por afiliadas das principais redes é produzida no eixo Rio-São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

O estímulo à diversidade e à valorização da cultura regional e da identidade nacional, que se faz pela pluralidade, é visto como ponto fundamental do projeto. Segundo Jandira Feghali, a radiodifusão brasileira acaba sendo dominada por valores culturais internacionais, que, ao lado do privilégio que as produções em rede nacional têm, impediriam as programações locais. Assim, seria preciso, nas palavras da deputada, “garantir a diversidade cultural brasileira, permitindo que o brasileiro se enxergue na tela, que a produção que ele vê [...] reflita sua alma e sua afetividade” (FEGHALI *apud* JORNAL DA CÂMARA, 2002a).

Ao lado da autora do Projeto, representantes da classe artística, cultural e jornalística, intelectuais e produtores independentes também se colocaram numa postura favorável à aprovação. Em 2003, eles chegaram a lançar o “Manifesto em Defesa da Regionalização da Cultura”<sup>17</sup>, entregue aos parlamentares envolvidos na discussão. O Manifesto apoiava irrestritamente o projeto de Jandira Feghali, que é visto como “um caminho de esperanças e compromissos na construção da identidade cultural da nação brasileira”. Para os que assinaram, a identidade nacional vai se construindo no respeito às diversidades, de tal modo que cada brasileiro se identifique no todo da produção cultural do Brasil (REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO, 2004a).

Outras questões são levantadas pelo Manifesto que justificariam a aprovação do PL, como a revolução da informática, a entrada do Brasil na competição pela digitalização da TV e o direito à propriedade intelectual. Estes fatores estariam exigindo, segundo o Manifesto, a formulação de leis numa perspectiva que normatizasse a utilização dos avanços tecnológicos.

Assunção Hernandez e Tizuka Yamazaki, que representaram os cineastas nas discussões, também apontaram alguns aspectos relevantes. Segundo Assunção Hernandez (*apud* DEL RÉ, 2002), em todo país democrático, as concessões de TV são regidas e controladas por lei. Ela também chama a atenção para o fato de que quando a TV trabalha

---

<sup>17</sup> Ver o “Manifesto em Defesa da Regionalização da Cultura” no anexo C.

com produtoras independentes, seu custo se reduz à metade. Para Tizuka Yamazaki (*Ibid.*) é um absurdo precisar fazer uma lei para conseguir pôr um produto brasileiro na TV.

Em resumo, os argumentos favoráveis ao Projeto são: necessidade de regulamentação de dispositivo constitucional, de privilegiar a cultura de outras partes do Brasil além do Sul e Sudeste brasileiros, e de geração de empregos na área de televisão em todo o país, e o estímulo à diversidade e proteção à identidade nacional.

#### **2.4.2 Posições contrárias**

Vários argumentos contrários ao projeto foram levantados pelas emissoras de rádio e televisão interessadas em sua não aprovação. Apesar de Jandira Feghali (*apud* JORNAL DA CÂMARA, 2002a), ter garantido não pretender prejudicá-las, elas se sentiram ameaçadas durante toda a discussão que envolveu a tramitação do projeto na Câmara.

A principal crítica feita pela maioria das emissoras foi contra a obrigatoriedade da regionalização e os percentuais impostos. No seu entender, o que estava sendo proposto seria inviável econômica e tecnicamente, chegando a ser impraticável em algumas localidades. Para os representantes das emissoras, as afiliadas do interior não teriam condições de arcar com os custos da produção estadual, ficando com o orçamento comprometido (VIANNA, 2004).

Segundo a Abert (*apud* MATTOS, 2003), há muitas TVs pequenas que não teriam condições financeiras de produzir programação de qualidade. Por outro lado, uma maior distribuição da verba publicitária por região, em sua opinião, deveria ser uma consequência natural das demandas do mercado e não de uma imposição legal.

Além disso, a obrigatoriedade de veiculação de produção independente e de filmes nacionais foi apontada, pelas emissoras, como inconstitucional. A Constituição, dizem elas, apenas pediria um incentivo a sua exibição. O Projeto de Jandira Feghali, pelo contrário, não



apenas incentiva, mas prevê punições para emissoras que não cumprirem essa obrigatoriedade. O deputado Roberto Magalhães concorda com a inconstitucionalidade e questiona: “como se admitir que uma lei possa constranger empresa, de qualquer natureza, a não produzir um determinado produto, obrigando-a a adquiri-lo de terceiros?” (MAGALHÃES *apud* JIMENEZ, 2003). Assim, as punições mais severas para quem não cumprir as metas da regionalização preocupam as emissoras.

Para Luís Erlanger, diretor da Central Globo de Comunicação, a restrição da Globo às cotas é “doutrinária e antiga”. Para ele, “não há um só projeto estabelecendo cotas de regionalização e produção independente que já não seja atendido com sobras pela Globo. Cotas não contribuem para produção de qualidade” (ERLANGER *apud* MATTOS, 2004).

Pode-se resumir, então, os argumentos contrários ao Projeto por parte das emissoras abertas em: dificuldade de se produzir localmente para TV em regiões cujas emissoras não possuem muitos recursos econômicos; visão de que a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais e produções independentes é inconstitucional; e descontentamento com as punições para aqueles que não cumprirem a lei.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar de toda a argumentação contrária ao Projeto de Lei de Jandira Feghali, as empresas de televisão não se colocaram contrárias à regionalização, mas à maneira como ela vem sendo conduzida. O presidente da Abratel, Roberto Wagner Monteiro (*apud* ALVES; CASTELLO BRANCO, 2002), chegou a propor, em 2002, que fosse elaborada uma legislação que implementasse a regionalização de maneira compatível com os interesses econômicos das empresas do setor. Representantes da Rede Globo e da TV Record alegaram que a regionalização, uma vez bem conduzida, poderia ser o diferencial das grandes redes brasileiras frente à concorrência internacional. A Rede Globo, inclusive, em agosto de 2003, deu entrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, de pedido de registro da marca “Regionalização” (CASTRO, 2003a).

Depois das empresas produtoras e emissoras de TV, quem mais sentirá a repercussão trazida pela efetivação do Projeto é o público telespectador. No entanto, não foram encontradas, nesta pesquisa, documentação ou referências relativas à demanda por regionalização da programação de TV por parte daqueles que assistem televisão. O público foi citado uma única vez, em declaração do diretor-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg (*apud* REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO, 2004b). Para ele, a televisão paga mereceria uma legislação específica, já que mantê-la poderia tornar-se inviável se mantida a obrigatoriedade de exibição mínima de cinquenta por cento de programas ou obras audiovisuais de produção nacional. Para Annenberg, uma vez que o público desta TV paga pelo serviço, as emissoras teriam que atender aos interesses dos telespectadores. Fica subentendido, aqui, que não haveria interesse do público por programação regional. [Este tema está desenvolvido no capítulo 3]

A ABTA também é contrária à exigência de as operadoras de TV por assinatura veicularem um canal inteiramente nacional, com um mínimo de sessenta por cento de programação fornecida por produtores independentes (*Ibid.*).

### **3 A VIABILIDADE DO PROJETO**

Neste capítulo, analisam-se, inicialmente, os argumentos dos que discutem a viabilidade do Projeto de Lei de Jandira Feghali, fazendo-se algumas considerações sobre a sua pertinência. Em seguida, são levantados alguns aspectos relativos à falta de discussão sobre como será feita a fiscalização da programação das emissoras. Por fim, são apresentadas as experiências de quatro emissoras que já regionalizam parte de sua grade de programas.

#### **3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS**

A viabilidade ou não do projeto de Jandira Feghali foi a questão mais discutida em torno de sua aprovação. A pergunta que os representantes das emissoras levantaram era se seria possível, em termos econômicos, veicular e manter os percentuais de programação regional exigidos pelo Projeto de regionalização. Nota-se que a quantidade de programação regional das principais emissoras de televisão ainda é pequena. A Rede Globo, que possui mais de 100 afiliadas em todo o Brasil, tem, em média, dez por cento de sua programação destinada à produção local, voltada basicamente para o jornalismo. O SBT, adepto dos enlatados, não tem nem dez por cento de sua programação voltada a atrações regionais (JIMENEZ, 2003).

O argumento central é que a Lei não levaria em consideração a diversidade do contexto brasileiro, em termos econômicos e culturais. Assim, afirma-se que emissoras afiliadas do interior ou de cidades mais pobres não teriam condições de fazer uma programação de qualidade, uma vez que produzir para televisão é caro. Do seu ponto de vista (DEL RÉ, 2002), as disparidades entre as afiliadas dos diferentes estados não seriam observadas pelo PL 256/91. Uma afiliada no interior de uma região do Nordeste, por exemplo,

não teria a mesma infra-estrutura de uma grande emissora paulista. Luiz Eduardo Borgerth, consultor do SBT, diz que “esta lei é um absurdo total por desconsiderar o que é a TV brasileira”. Em suas palavras: “Vamos supor que temos 430 geradoras no País, cada uma com seu *casting*, escritor, adrecista. Já pensou 430 episódios de novelas diferentes no mesmo dia?” (BORGERTH *apud* DEL RÉ, 2002).

Por outro lado, para José Munhoz (*Ibid.*), diretor técnico da TV Cultura de São Paulo, haveria ainda uma outra barreira a ser transposta: aquela, a seu ver, provocada pelas diferenças entre as estruturas regionais. Por exemplo, “se a emissora apresenta uma estrutura pequena, só para fazer jornalismo, ficará difícil cumprir essa meta de programação num local onde não tem tanta notícia assim”. Conseqüentemente, segundo Munhoz, elas teriam de produzir outros tipos de atração para completar a grade. Para tanto, seria necessário uma infra-estrutura técnica e operacional um pouco maior do que um simples estúdio para se adequar à nova realidade, o que envolve custos.

Do mesmo modo, Antonio Telles (*Ibid.*), consultor da presidência da Bandeirantes, acredita que o projeto entra em conflito com a realidade das regiões brasileiras. Em suas palavras, “uma coisa é você chegar a Joinville e falar sobre programa regional, outra é você chegar a Picos, no Piauí. [...] Eles [aqueles que aprovaram o projeto] não tiveram o trabalho de conhecer as regiões mais pobres do País para ver em que condições se operam emissoras de rádio e televisão”.

Analisando-se esses argumentos, pode-se inferir que o objetivo do Projeto de Jandira Feghali é justamente mudar essa situação de desigualdade entre as regiões, para que todas possam operar e produzir com qualidade. Há, também, a hipótese de que o Projeto não ignore as desigualdades sociais, mas, justamente, o contrário. Conhecendo-as, procuraria diminuí-las.

Para mudar estas condições, são necessários investimentos e, neste ponto, deve-se chamar a atenção para aqueles que são os “financiadores” das emissoras, quem “paga a

conta”: os anunciantes. Segundo Merton e Lazarsfeld (1969, p. 114), a característica notável dos meios de comunicação de massa

“deriva do fato de que, exceto para filmes e livros, não é o leitor de revista nem o ouvinte de rádio, nem, em grande parte, o leitor de jornal que sustenta o empreendimento, mas sim o anunciante. São os grandes negócios que financiam a produção e distribuição dos *mass media*”.

Ainda segundo Merton e Lazarsfeld, os meios de comunicação de massa, por serem comercialmente patrocinados, acabam promovendo a submissão à estrutura social vigente; “não podemos contar com eles para realizar mudanças, nem sequer mudanças menores, nessa estrutura” (*Ibid.*, p.115). Assim, uma vez que quem financia a TV são os anunciantes, os quais estão em busca das maiores fatias de audiência, tudo o que poderia ameaçá-la acaba sendo descartado.

Por trás desta discussão pode encontrar-se a crença de que programação regional não tem audiência e que não geraria lucro. Pode-se estar partindo do princípio de que o público não quer ou não gosta de assistir a programas locais. Isto fica claro em declarações como a de Alexandre Annenberg, diretor-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), citada no capítulo 2. Quando ele diz ser contrário à obrigatoriedade mínima de programação nacional, já que o público paga pelo que quer ver e que as emissoras devem atender aos seus interesses, na verdade, fica implícita a crença em que o público prefere programação estrangeira à nacional.

Ainda segundo Merton e Lazarsfeld, um produtor somente levará ao ar um programa se achar que seu tema é seguro e que não será contrário aos interesses de alguma parte substancial de sua audiência. “À primeira indicação de que é um tema perigoso, pois poderá afastar consumidores potenciais, o recusará, ou logo abandonará o experimento” (*Ibid.*, p. 115). Assim, pode-se dizer que se os produtores e representantes das emissoras de TV acreditarem que não há público para a programação regional, serão contrários a ela. Tentativas “progressistas” como a de incluir programas locais podem encontrar resistência.

“Contribuições dotadas de visão ‘progressista’ são de pouca monta, já que são incluídas somente por graça dos patrocinadores e somente sob a condição de que sejam suficientemente aceitas a ponto de não distanciar parte apreciável da audiência. A pressão econômica contribui para o conformismo, omitindo as questões sensíveis”. (MERTON; LAZARSFELD, 1969, p.115)

Assim, a televisão pode acabar contribuindo para a manutenção do *status quo* social e econômico.

No caso da regionalização da programação, pode-se inferir que enquanto não houver uma percepção clara de que os telespectadores gostariam de assistir a um maior número de programas regionais, a situação atual será mantida. É importante destacar que, atualmente, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram sessenta por cento do investimento publicitário de todo o País. O valor está acima, inclusive, dos quarenta e seis por cento da participação de Rio e São Paulo no Produto Interno Bruto do Brasil [dado do IBGE] (MATTOS, 2003).

Por outro lado, é importante destacar que também há aqueles que vêm, no público regional, um mercado em expansão. Segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, de 2003, a televisão está se abrindo a uma nova tendência: o fortalecimento das emissoras que não fazem parte do eixo Rio-São Paulo. O mercado de televisão teria encontrado, nas emissoras regionais, um potencial antes não imaginado. Segundo Daniel Barbará (*Ibid.*), diretor comercial da agência DPZ, “essa valorização dos mercados locais [foi] consequência de um amadurecimento do *marketing*. Hoje, a indústria automobilística, por exemplo, coloca mais verba em publicidade de varejo [veiculada regionalmente] do que em comerciais da fábrica [anunciados nacionalmente]. As grandes redes de supermercado também já fortaleceram mais as operações locais”. Daniel Barbará também acredita que publicitários e anunciantes estão percebendo que é importante considerar as diferenças regionais de audiência. Para ele, o crescimento da TV virá dos mercados regionais, menos ligados às oscilações do mercado e mais focados na produção.

O diretor do SBT, Júlio César Tavares (*apud* MATTOS, 2003), diz que há uma força muito grande nos eventos regionais que era ignorada antigamente. Hoje em dia, a emissora chega a flexibilizar a programação e a sacrificar os programas nacionais quando há algo importante a ser transmitido regionalmente. Com essas mudanças, o crescimento das afiliadas regionais [que representam 29% da receita da emissora] no lucro do SBT, foi de 90% desde 1998. É interessante notar que este fato ocorre mesmo com a imensa maioria da programação do canal não sendo regional.

A Rede TV também vem procurando aumentar sua cobertura nacional. Começou cobrindo 33% do País, fechou 2002 transmitindo para 90% do território brasileiro e até o final deste ano procura atingir 99% (*Ibid.*).

Apesar de se poder inferir que alguns dos representantes das emissoras de televisão não suponham que haja demanda do público por regionalização da programação, não se sabe, de fato, se ela existe. Na pesquisa realizada para este trabalho, não foram encontradas referências a algum apelo popular no Brasil por esse tipo de programação. No entanto, também não foram encontradas referências que digam o contrário, que o público não quer ver programas locais. Entretanto, em emissoras de vários países, a programação está se tornando cada vez mais local devido, entre outros fatores, a pesquisas realizadas que mostram que o telespectador prefere assistir a produções regionais (*Ibid.*). Não foi encontrado nenhum tipo de pesquisa deste tipo realizada no Brasil, mas fica claro, aqui, a importância da audiência na escolha do que vai ao ar, por parte dos produtores de televisão e patrocinadores.

### 3.2 FISCALIZAÇÃO

O projeto de lei 256/91 não especifica quais serão os meios de fiscalização do cumprimento da Lei. Chama-se, aqui, no entanto, a atenção para a questão se haverá meios para verificá-lo, já que, segundo dados oficiais do Ministério das Comunicações, até 1998 havia 269 emissoras de TV outorgadas e 7.855 retransmissoras<sup>18</sup> licenciadas em todo o Brasil (ABERT, 2004). A grande quantidade de horas de programação que deveria ser analisada semanalmente poderia tornar o projeto inviável.

Esta questão não teve muito destaque durante o debate na Câmara, mas Antonio Telles, da Bandeirantes, enfatizou que pode ser difícil saber o que emissoras distantes dos grandes centros poderão veicular. Em suas palavras: "Eles [o governo] não possuem dispositivos para fiscalizar nem as rádios piratas, como vão saber o que uma dessas emissoras, nos confins do mundo, está exibindo?" (TELES *apud* JIMENEZ, 2003).

### 3.3 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

Nesta discussão sobre a viabilidade do projeto de regionalização da programação de televisão, torna-se importante analisar algumas experiências de emissoras afiliadas que já regionalizam alguma parte de sua programação com relativo sucesso. São expostas as experiências de quatro redes regionais: uma que foi citada como exemplo a se seguir durante a discussão do Projeto (Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS), outras duas que foram homenageadas pela Câmara dos Deputados (caso da Rede Minas e Emissoras Pioneiras de Televisão - EPTV) e uma que tem como um de seus objetivos declarados a experimentação na produção televisiva regional (TV Vanguarda).

---

<sup>18</sup> Retransmissora é a estação capaz de captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los, simultaneamente, para recepção pelo público em geral. (Fonte: Site Ministério das Comunicações - <http://www.mc.gov.br/rtv/tv/tvco.htm>, acesso em 07 de novembro de 2004) Ver anexo D com dados completos.



### 3.3.1 RBS TV

A RBS TV é formada por 17 emissoras afiliadas da Rede Globo e duas emissoras de TV local no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo, segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo (JIMENEZ, 2003), a maior rede de televisão regional da América do Sul. Todas essas afiliadas procuram servir às comunidades onde atuam e segundo o *site* da própria RBS, sua ação tem sido decisiva para o crescimento e desenvolvimento da produção local, uma vez que há uma grande preocupação em gerar emprego para os profissionais da área de TV na região. Nos últimos anos, por exemplo, foram produzidos dezenas de documentários mostrando a história dos dois Estados, com a preocupação de colocar profissionais do mercado gaúcho e catarinense na produção dos programas. A RBS também organiza eventos e promoções visando uma maior popularização da cultura regional.

Resultados de uma pesquisa do Ibope realizada em Florianópolis, em setembro de 2004, mostram que dos 45 programas de maior audiência na região, 100% fazem parte da programação da RBS. Entre eles, estão produções locais, como: “Bom Dia Santa Catarina”, “Jornal do Almoço”, “RBS Notícias”, “RBS Esporte”, “Estúdio SC” e transmissões de partidas de futebol aos sábados (RBS, 2004).

Outros programas que fazem parte da grade regional<sup>19</sup> são: “Galpão Crioulo”, sobre a cultura gaúcha; “Patrôla”, para o público jovem e “Histórias Curtas”, que patrocina a produção de curtas-metragens [oito projetos são selecionados para serem produzidos e exibidos na TV e a votação é popular]. Assim, a produção audiovisual e de teledramaturgia no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina é valorizada.

Por todos esses motivos, a experiência da RBS foi citada por parlamentares e por aqueles que defendem a regionalização da TV várias vezes durante os debates que precederam

---

<sup>19</sup> Para ver a grade completa de programação da RBS, consultar anexo E.

a aprovação do projeto na Câmara como um exemplo a ser seguido e como uma prova de que o PL 256/91 pode ser viável. No entanto, Paulo Camargo (*apud* JIMENEZ, 2003), representante da RBS, ressalta que a sustentabilidade das emissoras só é possível na medida em que se mistura a programação regional com a nacional, pois, para ele, esta é que garante audiência e publicidade.

Foi analisada, para este trabalho, a grade de programação da RBS entre os dias 7 e 13 de novembro. Nesta semana, foram exibidas 13h20min de programação regional [programação regional foi entendida aqui como aquela produzida nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em conjunto], entre as 5h e 24h. Pode-se perceber que, de segunda a sexta os programas regionais veiculados são telejornais locais. Programas compostos de outros gêneros audiovisuais [“Campo e Lavoura”, “Galpão Crioulo”, “Vida e Saúde”, “Anonymus Gourmet”, “Histórias Curtas” e “Patrôla”] são exibidos no fim-de-semana pela manhã e sábado à tarde. O restante da grade é formada por programas da Rede Globo, produzidos no eixo Rio-São Paulo.

### **3.3.2 Rede Minas de Televisão**

A Rede Minas de Televisão, fundada em 1984, é uma emissora estatal que, em parceria com 70 emissoras coligadas alcança mais de 500 municípios de Minas Gerais e de outros estados. Sua programação é dedicada à produção local de Minas Gerais, mesclada a programas da TVE do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo.

No início, a Rede Minas apenas retransmitia a programação da TVE, das 18h às 24h, para 33 municípios. As primeiras produções locais surgiram em 1985 e aumentaram em 1987. Na década de 90, a emissora incorporou produções da TV Cultura. Entre os programas

regionais que a Rede Minas transmite hoje, estão: “Brasil das Gerais”, “Jornal Minas”, “A Cor do Som” e “Curta Minas”.<sup>20</sup>

A Rede Minas é dedicada à valorização da cultura regional e à educação e em dezembro de 2002, a emissora foi homenageada pela Câmara dos Deputados, em razão de seus dezoito anos no ar. Para os parlamentares, homenagear a rede foi importante para ressaltar o empenho pessoal de cada um de seus funcionários em evidenciar a cultura regional.

Também foi analisada, para este trabalho, a grade de programação da Rede Minas entre os dias 7 e 13 de novembro de 2004. Na semana estudada, foram veiculadas 65h05min de programação produzida em Minas Gerais. Dessas horas, 39h05 foram exibidas entre 5h e 24h, como prevê o Projeto de Jandira Feghali.

### **3.3.3 EPTV**

A EPTV reúne quatro afiliadas da Rede Globo: a EPTV Campinas, EPTV Ribeirão (na cidade de Ribeirão Preto), EPTV Central (na cidade de São Carlos) e EPTV Sul de Minas (na cidade de Varginha). A rede tem como área de cobertura 294 municípios de São Paulo e do sul de Minas Gerais e alcança aproximadamente dez milhões de habitantes e quase três milhões de domicílios com TV.

Há 25 anos no ar, a EPTV e o seu fundador também foram homenageados pelos deputados no Congresso, em maio de 2004 e em junho de 2002, respectivamente. Segundo o deputado Carlos Mosconi (PSDB – MG) (*apud* JORNAL DA CÂMARA, 2002b), a EPTV tem importância fundamental como fator de integração de uma região ampla como o sul de Minas Gerais. O deputado Lobbe Neto (PSDB – SP) (*apud* JORNAL DA CÂMARA, 2004)

---

<sup>20</sup> Para ver a programação completa da Rede Minas, consultar anexo F.

acentuou que a EPTV possui atividades direcionadas a divulgar a cultura e o desenvolvimento do interior paulista e mineiro.

Este caráter regional da EPTV ficou demonstrado através de matérias como a do Jornal da Câmara de 24 de maio de 2004, “Plenário presta homenagem ao 25º aniversário da EPTV”, em que é dito que “a EPTV esteve presente nos fatos mais marcantes das regiões onde atua, com a divulgação da cultura nos seus diferentes aspectos regional, estadual e municipal” (JORNAL DA CÂMARA, 2004a).

Analizou-se, para esta monografia, a programação da EPTV Ribeirão entre os dias 6 e 12 de novembro de 2004<sup>21</sup>. Neste período, 9h05min foram dedicados à programação produzida no local de sua sede, entre 5h e 24h. Segundo o Departamento de Programação da EPTV Ribeirão, 5,46% da programação semanal é regionalizada. Nesta porcentagem apenas estão incluídos os programas produzidos na sede da EPTV, não estando incluídos os programas produzidos pela Rede Globo em todo o Estado de São Paulo.

### **3.3.4 TV Vanguarda**

A TV Vanguarda reúne duas afiliadas da Rede Globo em Taubaté e São José dos Campos e atinge 46 municípios das regiões do Vale do Paraíba, Bragantina, Serra da Mantiqueira e litoral norte de São Paulo e mais de dois milhões de telespectadores. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, que está entre um dos idealizadores da programação da emissora, acredita que o modelo das grandes redes, que ajudou a criar quando esteve à frente da produção dos programas da Rede Globo, está se esgotando. Para ele, este cenário só tende a piorar com a chegada da televisão digital. O caminho estaria aberto, então, à regionalização. Seguindo esta tendência, Boni acredita que a TV Vanguarda pode, através da

---

<sup>21</sup> Ver a programação completa no anexo G.

valorização e afirmação das culturas locais, funcionar como um “laboratório de novos formatos em TV” (OLIVEIRA SOBRINHO *apud* HAMBURGER, 2003). Em outras palavras, a proposta da emissora é, sob o formato de uma TV experimental, investir na regionalização do conteúdo.

A busca pela qualidade e diversificação está presente em todas as declarações de José Bonifácio. Em uma delas, ele diz: “Por ser uma emissora experimental, ficará distante daquilo que nós chamamos de hábito. O único hábito que nós temos que cultivar aqui é o da informação, direcionada para quem está por perto” (OLIVEIRA SOBRINHO *apud* FREDERICO, 2003a).

Além disso, Boni também se preocupa com a “ameaça” da globalização. Para ele, “a única defesa que se tem hoje para que essa coisa tão desgastada que é a globalização não nos atinja de uma maneira irreversível é a nossa cultura, nossa capacidade de desenvolver tecnologia” (OLIVEIRA SOBRINHO *apud* FREDERICO, 2003b). Aqui, a regionalização da programação televisiva é vista como uma reação à globalização. O caminho seria, então, fazer programas mais locais, que falem com a comunidade. Esta busca pela aproximação com o público fica clara neste texto retirado do site da emissora, no qual é declarada sua missão:

“Acreditamos que só quem vive aqui, na nossa região, pode contar e divulgar nossa verdade, nosso folclore, nossa cultura. Só quem vive aqui conhece nossos problemas, nosso dia-a-dia. E conhece a solução para uma vida melhor, o caminho para a conquista da cidadania. E a missão da Vanguarda é caminhar lado a lado com seu telespectador nesta descoberta. Nossa missão é ajudar a comunidade a realizar seus sonhos, a valorizar suas riquezas”. (TV VANGUARDA, [2003?])

Alguns programas que colocam em prática este objetivo são: “Espaço Vanguarda”, que fala sobre a arte, a cultura e as tradições da região; “Vanguarda TV”, que são telejornais locais; “Papo Vanguarda”, que é um talk-show com pessoas interessantes, artistas, políticos ou empresários da região; programas especiais, como um sobre a Rodovia Presidente Dutra; e

outros<sup>22</sup>. Aqui, fica claro que o sentido de “regional” atribuído pela TV Vanguarda é um pouco diferente do colocado pelo PL 256/91: o que importa já não é o estadual, mas as afinidades culturais e sociais entre os municípios que a emissora cobre.

No período analisado para este trabalho, entre 7 e 13 de novembro, a quantidade de horas semanais de programação produzida pela TV Vanguarda foi de 15h40 min.

---

<sup>22</sup> A programação completa está no anexo H.

## **4 ALGUMAS QUESTÕES QUE PODEM SER LEVANTADAS SOBRE O PROJETO DE JANDIRA FEGHALI**

### **4.1 O REGIONAL NA TV**

#### **4.1.1 A definição dos limites do regional**

É importante chamar a atenção para a dificuldade de definir os limites do que é referido por uma localidade ou uma região. Estes termos podem ser entendidos de várias formas e, para se escolher uma em detrimento de outra, é importante saber do que está se falando.

Na sociologia, segundo Mike Featherstone (1997, p.145),

o termo ‘local’ e seus derivados ‘localidade’ e ‘localismo’ geralmente têm sido associados ao conceito de um espaço determinado, limitado, com seu conjunto de relacionamentos sociais estreitos, baseados em fortes laços de parentesco e tempo de duração da residência. Existe, habitualmente, o pressuposto de uma identidade cultural, homogênea e integrada, que é ao mesmo tempo duradoura e única. Nesse sentido, presumia-se que os membros de uma localidade formavam uma comunidade distinta, com cultura própria, única, algo que transforma a localização de suas interações cotidianas, que deixa de ser um espaço físico para ser um ‘lugar’.

Pode-se perceber que Jandira Feghali, quando justifica a importância da aprovação do seu Projeto, parte desse pressuposto, de que o “regional” possui uma identidade homogênea, integrada e única, com uma cultura particular que viria sendo negligenciada pelos meios de comunicação de massa em favor de programas de TV produzidos em sua maioria nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro ou de produções internacionais. Através do PL 256/91, procura-se dar voz às comunidades locais.

No entanto, quando se fala em “local” e “regional” nesta discussão, cada parte envolvida na questão apresenta uma concepção diferente desses limites. A Constituição, por exemplo, fala em promover a cultura nacional e regional, além de regionalizar a produção

artística, cultural e jornalística (BRASIL, 1988, p. 75). O texto não esclarece se os termos “regional” e “regionalizar” se referem às macro-regiões do país [Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste], ou aos estados brasileiros [vistos como unidades federativas], ou a regiões que possuem os mesmos interesses econômicos e/ou culturais.

Já no Projeto de Lei 256/91 são encontradas três maneiras diferentes de definir o “regional”. Em primeiro lugar, a produção regional será aquela feita e emitida no estado onde está localizada a sede da emissora de televisão ou sua afiliada. Neste caso, portanto, prevalece o limite estadual. Mas ao se definir o número de horas semanais de produção regional obrigatória, outro critério é utilizado, o de área de cobertura das emissoras.

Há, ainda, mais uma definição de regional presente no PL 256/91. No caso da Região Norte, o que prevalece são os limites da Amazônia Legal, ou seja, aqui, o que conta é o critério de macro-região. Roberto Wagner Monteiro, presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), concorda com este critério “macro-regional”. Para ele (*apud* JORNAL DA CÂMARA, 2002a), o artigo 221 da Constituição se refere às cinco macro-regiões que organizam o país e Jandira Feghali erra ao ver o regional como local.

Jandira Feghali (*Ibid.*) explica da seguinte maneira os critérios que utilizou para a definição do “regional” em seu Projeto: em primeiro lugar, o critério de macro-região só foi utilizado na Amazônia pois, para a deputada, existem grandes diferenças dentro de cada uma delas. Já o critério municipal inviabilizaria na prática a proposta. Assim, foram estabelecidos dois critérios para definir o tempo obrigatório de exibição, o estadual unido ao de área de cobertura.

No entanto, pode-se inferir, a partir das declarações de Jandira Feghali sobre a importância de se colocar a cultura regional na programação de TV, que o projeto de regionalização parte do princípio de que uma mesma área de cobertura de uma emissora ou afiliada de TV, ou um estado, ou a Amazônia, possuem a mesma identidade cultural sempre,



ou seja, que podem ser vistos como uma localidade (usando a definição sociológica apresentada acima).

As experiências de TVs que regionalizam parte de sua programação citadas no capítulo anterior mostram que estes limites não são tão fixos assim. No exemplo destas pequenas redes regionais, os seus limites não são dados pelas fronteiras estaduais (exceto no caso da Rede Minas) ou pela área de cobertura de uma afiliada (já que todas as TVs possuem mais de uma afiliada), e muito menos por ser uma macro-região do Brasil, mas pela identidade cultural que une determinada localidade. Desta podem fazer parte até dois estados, como é o caso das áreas cobertas pela RBS e pela EPTV, que cobrem municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no primeiro caso, e São Paulo e Minas Gerais, no segundo. Essa localidade que é unida pela integração cultural pode também ser uma parte específica de um estado, como no caso da área coberta pela TV Vanguarda: Vale do Paraíba, Bragantina, Serra da Mantiqueira e litoral norte de São Paulo.

Em resumo, o que se destaca aqui é que, apesar do discurso de Jandira Feghali ser a favor da busca por um espaço para as culturas locais na televisão, os critérios utilizados para definir os limites da região e da localidade podem não corresponder à integração e à identidade cultural que determinado local tem na prática.

Outro aspecto da questão da definição do regional refere-se ao “nacional”. Segundo Mike Featherstone (1997, p. 151), o termo “nação”, em suas origens, “se refere não apenas ao Estado-Nação moderno, mas também se apóia no significado de *natio*, comunidade local, domicílio, a condição familiar de pertença”. Isto significa que a nação também pode ser vista, sob este aspecto, em relação aos outros países, como uma localidade, com suas características culturais próprias, homogênea, integrada e única.

É neste sentido que o projeto, apesar de tratar da questão da regionalização da programação de TV no Brasil, engloba também uma discussão em torno da exibição

obrigatória de filmes nacionais, além de espaço e canal específico para programação nacional nas operadoras de televisão por assinatura. Neste caso, o nacional passa a ser visto como a comunidade regional, com características próprias e integradas, que deve ter sua identidade cultural preservada, em relação a programas de televisão estrangeiros.

Assim, é importante perceber como, durante as discussões e elaboração do Projeto, assim como nas questões que envolvem sua aplicabilidade, estão em jogo diversas formas de se entender o “local” e o “regional”.

#### **4.1.2 Programação regional no contexto da globalização**

A globalização, vista como contato e comunicação freqüentes e intensos entre as nações, pode levar a tentativas mais fortes de se definir os limites entre o eu e os outros. (FEATHERSTONE, 1997, p. 158). Analisando-se a questão sob este ponto de vista,

as mudanças que estão ocorrendo como resultado da atual fase de globalização intensificada poderiam ser entendidas como algo que provoca reações, as quais procuram redescobrir a particularidade, o localismo e a diferença que gera um senso dos limites dos projetos associados à modernidade ocidental, unificadores, ordenadores e integradores.

Estaria-se presenciando, para George Ritzer (1993, *apud* FEATHERSTONE, *op.cit.*, p.23), a “McDonalldização do Mundo”, processo através do qual a cultura norte-americana, simbolizada pelo hambúrguer e vista como superior, seria consumida pelas outras partes do mundo como imagem e ícone de determinado modo de vida. Esta seria a tese do imperialismo cultural, que segundo Featherstone (*Ibid.*, p.157) provocaria uma pluralidade de reações nacionais ao processo de globalização.

O nacionalismo seria, agora, uma reação a um crescente movimento de internacionalização e ao “imperialismo cultural americano”, que estaria levando os indivíduos a perderem toda a sua referência local. Neste contexto, o PL 256/91, com sua reivindicação por um maior espaço para produções nacionais e regionais [aqui entendidas em todos os sentidos

analisados na seção anterior], procurando colocar na televisão, segundo Jandira Feghali, os valores culturais do povo brasileiro, poderia ser visto como uma reação à quantidade de produções para TV e filmes estrangeiros que são inseridos na programação da televisão brasileira.

Para Dominique Wolton (1996, p.140), a questão principal seria a dos limites a serem impostos à internacionalização, isto é, de saber qual porcentagem estabelecer entre programas nacionais e estrangeiros. Em suas palavras: “A televisão é provavelmente o instrumento de comunicação mais favorável à abertura para o mundo (...), contanto que não se esqueça de que tal movimento tem seus limites”. (*Ibid.*, p. 140) São exatamente estes limites que o projeto de regionalização da programação de TV tenta definir.

#### **4.1.3 Laço social – valorização da programação nacional e regional**

Segundo autores como Mike Featherstone (1997, p.151-152) e Stuart Hall (2004, p.47-66), uma nação pode ser considerada uma comunidade “imaginada”,

pois proporciona um sentido quase religioso de pertença e camaradagem, ligado àqueles que se julga compartilhar um determinado lugar simbólico. O lugar é simbólico na medida em que pode ser um espaço geograficamente unido, sedimentado por meio de sentimentos simbólicos; a configuração da paisagem, das construções e das pessoas tem sido investida com memórias coletivas, que possuem suficiente poder emocional para gerar um senso comunal. (FEATHERSTONE, *op.cit.*, p. 151)

A noção de sociedade seria, assim, uma imagem projetada do que deveria ser a vida social tendo por suporte uma realidade geográfica. Questiona-se, aqui, qual o papel da televisão no sentido de ajudar a unificar e a manter este lugar simbólico que seria a nação, vista como comunidade imaginada, no contexto da pós-modernidade, em que o sujeito é visto como fragmentado e composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas (HALL, *op.cit.*, p.12).

Para Dominique Wolton (1996, p.148), “é por meio de programas para todos os públicos que poderemos resistir melhor aos fracionamentos de uma sociedade que valoriza sem cessar as vantagens da individualização”. No caso do regional, pode-se pensar o sujeito como possuindo essas identidades contraditórias da seguinte maneira: ao mesmo tempo em que um morador do Vale de Paraíba [para usar um exemplo já citado no trabalho] se vê como tal, ele também é natural do estado de São Paulo e brasileiro. Pensa-se, aqui, que uma televisão que mesclasse, então, estas várias identidades [morador do Vale do Paraíba, paulista e brasileiro] poderia ajudar a lidar melhor com elas.

Featherstone enfatiza que a criação de uma comunidade nacional é “inventada, mas não a partir do nada. Ele cita Anthony Smith, que acredita que há “a necessidade de um repositório comum de mitos, heróis, acontecimentos, paisagens e recordações, organizados e feitos para assumir uma qualidade primordial” (1991, *apud* FEATHERSTONE, 1997, p. 151). Pode-se pensar, aqui, na televisão como um desses repositórios comuns.

As imagens construídas através da televisão e do cinema são parte necessária no processo de formação de uma nação, sobretudo em virtude de sua capacidade de alcançar o público e o privado. A nação é uma coletividade abstrata, por demais ampla para ser diretamente vivenciada pelas pessoas. Assim, não é somente a existência de rituais cívicos que [...] une a nação; cada vez mais a representação desses eventos é que se torna fundamental. (CHANEY, 1986, *apud* FEATHERSTONE, *op.cit.*, p.155)

Isto significa que a televisão acaba construindo uma representação da nação para o público, ao transmitir e construir eventos que são vistos por todos. No entanto, esses espectadores não são passivos, pois os indivíduos e suas famílias podem reconstituir o espaço cerimonial no lar, “participando” dos eventos televisionados ao saber que um número incalculável de outras pessoas também está assistindo às mesmas coisas (FEATHERSTONE, 1997, p. 155). Como exemplo, pode-se imaginar uma transmissão de uma partida de futebol em que jogue a seleção brasileira. Todos os milhares de telespectadores do jogo, embora não

estejam assistindo à partida “ao vivo”, no estádio, sentem-se unidos pelo sentimento de estarem todos assistindo simultaneamente ao mesmo evento.

Pode-se pensar na televisão, assim, como mantenedora da imagem de comunidade da nação e, inclusive, levantar a questão de até que ponto seria a televisão a responsável por manter a noção de integridade social e pertencimento a uma nação. O caráter da televisão seria o de reunir indivíduos e público e “oferecer-lhes a possibilidade de participar individualmente de uma atividade coletiva” (WOLTON, 1996, P.15), através dos programas oferecidos.

Assim, segundo Dominique Wolton (*Ibid.*), a televisão é vista como o “espelho da sociedade”:

Se ela é seu espelho, isso significa que a sociedade se vê [...] através da televisão, que esta lhe oferece uma representação de si mesma. E ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas oferece um laço a todos aqueles que a assistem simultaneamente. Ela é, além disso, um dos únicos exemplos em que essa sociedade se reflete, permitindo que cada um tenha acesso a essa representação.

Esse laço se estabelece da seguinte forma: o espectador, ao assistir à televisão, agrega-se ao público potencialmente imenso e anônimo que a assiste simultaneamente, estabelecendo assim, como ele, uma espécie de laço invisível. “Assisto a um programa e sei que outra pessoa o assiste também, e também sabe que eu estou assistindo a ele”. (*Ibid.*, p. 124) Da mesma maneira que a televisão constitui um instrumento de abertura para o mundo, é também o laço social de uma comunidade nacional, não se dirigindo a um público específico, ou a uma classe social, etnia ou região específicos. A TV, segundo Dominique Wolton, é do grande público.

Dessa forma, pode-se questionar se, uma vez que a televisão é espelho da sociedade, não seria importante, como o projeto de Jandira Feghali mesmo propõe, que outras identidades culturais do Brasil fossem mostradas na TV. No entanto, chama-se a atenção para o fato de que, pelo projeto, apenas as regiões que produziram determinado programa o

assistirão. Desta forma, o país como um todo fica privado do intercâmbio cultural que as programações de televisão poderiam promover se, por exemplo, programas do Sul fossem transmitidos no Nordeste, do Norte no Sudeste e assim por diante. Uma vez que todas estas manifestações fazem parte da cultura brasileira, o “espelho da sociedade” estaria mais completo se a televisão “nacional” refletisse o Brasil como um todo.

“Não devemos considerar as culturas isoladas, mas precisamos empenhar-nos em localizá-las na matriz relacional de seus outros significativos”. (FEATHERSTONE, 1997, p. 156) Assim, da mesma forma que se torna importante para o paraibano ver-se refletido na programação de TV, também o é ver a representação do gaúcho ou do baiano. Ainda seguindo este raciocínio, não seria possível também uma televisão brasileira desprovida de programação estrangeira, pois a representação do outro também é importante para ser criada sua própria representação.

Ao identificar os programas estrangeiros, os telespectadores teriam que colocar em ação seus paradigmas culturais para poder identificar estes programas como estrangeiros, diferenciando-os dos nacionais. Para Dominique Wolton (1996, p.143), isto constituiria um exercício permanente de identificação da própria cultura.

Em disso, é importante pensar de que maneira o local se encontra dentro do nacional e vice-versa, como as identidades locais e a nacional se sobrepõem. O local possui uma cultura própria, mas ele também faz parte do nacional. Já este é a integração de todos os “locais” e “regionais” brasileiros. Uma questão que se pode levantar é de que maneira reproduzir esta situação na televisão.

Nesse contexto, Dominique Wolton (*Ibid.*, p.125) levanta a questão de até que ponto deve-se favorecer uma lógica de individualização e de agregação em pequenas comunidades, em oposição ao grande público da televisão em rede nacional. A ela, é feita a crítica de que levaria a uma passividade associada ao caráter muito geral de uma mesma mensagem

destinada a todos (como é o caso da TV nacional não regional), mesmo que ninguém a receba da mesma maneira.

O problema – e aí voltamos ao status do grande público numa sociedade e ao papel que nela desempenha a televisão – continua a ser o de descobrir até que ponto se deve fracionar esse grande público e a partir de que ponto esse fracionamento pode se tornar um fator de desigualdade social e cultural. (WOLTON, 1996, p. 125)

Em outras palavras, o que se deve tentar descobrir é um equilíbrio entre o caráter geral e a particularização da programação televisiva, para que o laço social que une os espectadores não seja perdido. Segundo Wolton, o caráter nacional da televisão é uma “necessidade quase imperiosa, que, no entanto, não é necessariamente percebida como um valor positivo” (*Ibid.*, p. 139). Destaca-se que, no caso do projeto de lei 256/91, esse caráter geral da TV não é perdido, uma vez que apenas uma determinada quantidade de horas da programação é “segmentada” para o público local. A televisão regional acaba sendo o complemento natural da televisão de massa, “em que os indivíduos desejam uma televisão que reflita os problemas, as promessas, as características e aspirações do seu quadro local de vida” (*Ibid.*, p. 139).

## **4.2 A BUSCA PELA QUALIDADE NA TV**

### **4.2.1 Critérios de qualidade discutidos**

Implicitamente, na discussão sobre a regionalização da programação de TV, pode-se perceber que há uma procura por uma televisão de mais qualidade, ou seja, a regionalização é vista como uma alternativa para aqueles que buscariam uma televisão mais qualitativa. Esta qualidade, no entanto, pode ser vista de várias maneiras. É interessante, portanto, primeiramente, entender as definições de qualidade que estão em questão nesta análise.

Para este fim, serão utilizados os conceitos de qualidade em televisão de Geoff Mulgan (1990, *apud* MACHADO, 2003, p. 24), que enumerou sete diferentes acepções dessa

palavra em circulação nos meios que discutem TV. Dessas sete, seis são encontradas nos discursos que envolvem a regionalização. Ressalta-se que nos debates que aconteceram durante a aprovação do projeto de Jandira Feghali na Câmara dos Deputados, cada parte envolvida reivindicava um “tipo” de qualidade.

Os representantes das emissoras de TV, por exemplo, ao levantarem questões como a falta de recursos das emissoras afiliadas do interior ou do Nordeste, como impedimento para a regionalização, podem estar se referindo a um tipo de qualidade técnica, a capacidade de usar bem os recursos expressivos do meio, a boa fotografia, indumentária coerente, recursos da imagem, etc. Estas emissoras, por serem consideradas “mais pobres”, não estariam à altura de fazer uma programação com a qualidade da das sedes. Arlindo Machado (2003, p. 24) chama a atenção para o fato deste tipo de conceito de qualidade encontrar-se difundido principalmente entre os profissionais que fazem televisão.

Já quando se pensa na declaração do presidente da ABTA, citada neste trabalho, e na análise que é feita baseada nos aspectos da demanda do público e audiência, vê-se a busca por um outro tipo de qualidade. Aqui, ela significa detectar as demandas da audiência ou as da sociedade. Ou seja, uma programação de qualidade seria aquela que o telespectador quer ver, aquela a que ele efetivamente assiste.

Pode-se dizer, ainda, que Jandira Feghali e aqueles que apóiam o seu projeto buscam três outros tipos de qualidade, nas acepções de Mulgan. Quando é valorizado o aspecto nacional, a qualidade é vista no poder da televisão em gerar mobilização, participação, comoção nacional em torno de grandes temas e interesse coletivo. Quando é valorizado o aspecto regional [aqui entendido como a localidade menor que a nacional e que possui uma identidade cultural particular], a qualidade é encontrada em “programas que valorizam as diferenças, as individualidades, as minorias e os excluídos, em vez de a integração nacional”. (MULGAN, 1990, *apud* MACHADO, 2003, p.25). Por fim, a qualidade é encontrada na



diversidade, ou seja, abrindo oportunidades para o mais amplo leque de experiências diferenciadas e sendo a expressão de uma sociedade plural e multicultural.

Uma última forma de se entender qualidade em televisão é como “uma particular competência para explorar os recursos de linguagem numa direção inovadora” (MULGAN, 1990, *apud* MACHADO, 2003, p.25). Aqui, o que se torna importante é o conteúdo e a linguagem do que é exibido, ou, em outras palavras, o quê e como é veiculado pela televisão.

Nesse sentido, há aqueles que acreditam que a regionalização pode trazer mais qualidade à TV brasileira, através da inovação dos conteúdos transmitidos. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, por exemplo, vê a questão da qualidade em TV sob este aspecto. Para ele, a televisão brasileira não apresenta mais criatividade e a solução seria a regionalização, uma vez que o modelo de rede nacional estaria esgotado (OLIVEIRA SOBRINHO *apud* CASTRO, 2003b). Isto aconteceria porque só há um grande produtor de conteúdo, que é a Rede Globo e mesmo ela estaria pecando pela falta de inovação. Assim, o país precisaria de mais de uma fonte de informação e de produção, que seria encontrada na valorização das produções locais e regionais.

No entanto, ainda pensando-se a qualidade como a maneira de se produzir ligada ao conteúdo dos programas, algumas emissoras pensam justamente o contrário de José Bonifácio, ou seja, para elas, ao se fazer obrigatória a exibição de produção regional em todo o país, a qualidade do que é veiculado cairia, levando a uma desvalorização do conteúdo. Para Antonio Telles, da Bandeirantes, uma preocupação é que esse espaço que deverá ser destinado a produções locais seja preenchido, em suas palavras, “de qualquer modo, com gravações esdrúxulas, pegadinhas, videocassetadas ou televendas” (TELES *apud* JIMENEZ, 2003), gêneros televisivos considerados menores sob o aspecto de linguagem e conteúdo. Segundo Telles, haverá uma discussão grande sobre o tipo de programa que será encaixado nesses espaços.

Pode-se concluir, portanto, que todas as partes envolvidas na discussão sobre a aprovação do projeto de Jandira Feghali estão buscando a mesma coisa: uma TV de mais qualidade. No entanto, cada um está percebendo a questão da qualidade de uma maneira diferente.

#### **4.3 CONTEÚDO REGIONAL**

Outro ponto importante a se destacar no estudo do PL 256/91 é que, apesar de aqueles que defendem o projeto enfatizarem seu objetivo de valorizar as culturas locais, oferecendo espaço para que se manifestem na televisão, o PL deixa de lado a questão do conteúdo dos programas regionais que serão veiculados. Parte-se do princípio que os programas que serão feitos regionalmente e os filmes nacionais exibidos necessariamente tratarão de temas locais.

Na verdade, mesmo seguindo as regras obrigatórias de exibição, isto é, que a programação regional seja aquela produzida nos estados onde é veiculada, mesmo assim as emissoras terão liberdade para apresentar qualquer conteúdo que seja nesses programas regionais. Aqueles que apóiam o Projeto baseados no argumento da valorização da cultura local se esquecem que nada será obrigatório em termos de conteúdo.

Em outras palavras, tanto pode-se produzir um programa no Ceará que fale sobre a cultura local do Estado como algo no formato de um game ou sitcom norte-americano, por exemplo, ou até uma obra de teledramaturgia que tenha como cenário outro país, ou uma ficção científica que se passe na Lua. Levanta-se a questão de se um programa deste tipo poderia ser considerado local, apenas por ser produzido no estado onde é exibido. Ou um programa regional pode ser considerado como tal independentemente de seu conteúdo?

## **5 CAMINHOS PARA ALCANÇAR A REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA TV**

Neste capítulo, são analisados os possíveis caminhos através dos quais a regionalização da programação de TV pode ser alcançada, procurando-se fazer um paralelo entre eles e o projeto de Jandira Feghali. Em primeiro lugar, são relatadas algumas mudanças que as principais emissoras de TV aberta com sede nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo promoveram nos últimos anos rumo a uma maior regionalização da produção, mesmo não estando aprovado no Senado Federal o PL 256/91. Em seguida, é analisado o “Brasil Total”, projeto da Rede Globo que busca a regionalização vista por um ângulo mais amplo. É também levantada outra possibilidade, como as produções serem feitas a partir de parcerias regionais entre emissoras afiliadas. Além disso, são expostos outros projetos de lei que estão, atualmente, tramitando na Câmara dos Deputados com o mesmo objetivo de se regionalizar a produção para TV. Todos esses caminhos serão explicitados nesta seção, comparando-os com a proposta de Jandira Feghali, do ponto de vista da qualidade, da definição do regional e do conteúdo.

### **5.1 ADAPTAÇÃO DAS EMISSORAS À REGIONALIZAÇÃO**

Embora o Projeto de Lei 256/91 ainda não tenha sido aprovado pelo Senado Federal, foram encontradas evidências que apontam para uma possível adaptação de algumas emissoras de televisão às novas regras de produção e veiculação.

Em dezembro de 2003, o presidente da Rede Record, Dennis Munhoz (*apud* JORNAL DA CÂMARA, 2003), garantiu que a emissora já estava se adaptando às regras do projeto da deputada Jandira Feghali. Em sua opinião, as exigências estariam sendo seguidas nas

principais capitais do Brasil, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. A primeira ação nesse sentido foi com o programa "Cidade Alerta", produzido em São Paulo, onde é a sede da Record. Ele passou a ter edições locais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, apresentando uma programação própria, ao invés de apenas retransmitir a da sede, voltada para informações sobre crimes e trânsito na cidade de São Paulo (CASTRO, 2003c). Destaca-se que a regionalização, neste caso, ficou restrita a estas capitais, não ocorrendo no restante do País.

Já a Rede TV! iniciou um projeto de expansão da área de jornalismo da emissora, em novembro de 2004, quando estreou o programa "Notícias de Minas", telejornal local em Belo Horizonte. Segundo o jornal O Estado de São Paulo (2004, p. 10), a próxima praça a ganhar um noticiário local será o Rio de Janeiro. Dessa forma, a Rede TV! inicia uma mudança em sua grade de programação, que é basicamente composta por programas produzidos em São Paulo, onde é a sede da emissora.

Tanto no caso do "Cidade Alerta", da Record, quanto no do "Notícias de Minas", da Rede TV!, por se tratar de telejornais locais que tem por objetivo serem locais, pode-se inferir que o conteúdo regional será valorizado. A busca por uma TV mais qualitativa está em valorizar as diferenças e as individualidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em relação à programação de São Paulo. Ou seja, permite-se, assim, que outras culturas que não as do local da sede das emissoras sejam mostradas na televisão. Além disso, é importante destacar que a localidade que é retratada nestes programas é aquela que recebe o sinal das afiliadas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ou seja, o limite do regional, aqui, é a área de cobertura das emissoras.

No caso da Rede Globo, pode-se perceber que houve, nos últimos anos, algumas mudanças rumo a uma maior regionalização, como as já citadas criação da TV Vanguarda e a iniciativa do projeto "Brasil Total", que é discutida no item 5.2. Além disso, a emissora vem exibindo, desde outubro de 2004, um filme nacional por semana, no programa "Intercine", às

segundas-feiras de madrugada<sup>23</sup>. Apesar do horário de exibição deste programa estar fora do limite proposto por Jandira Feghali, por ser exibido depois das 24h, pode-se pensar se esta não seria uma forma de testar a resposta do público à oferta de filmes nacionais.

Aqui, chama-se a atenção para o fato de que a simples exibição de filmes nacionais não garante a exibição de conteúdos nacionais. Embora estas obras sejam produzidas no Brasil, seus enredos podem retratar outras culturas ou até ter como cenário outros países. Como já foi dito neste trabalho, o PL 256/91 não contempla a discussão em torno do conteúdo do que será exibido em horários destinados à produção local e nacional. No entanto, pode-se perguntar se, mesmo assim, não prevaleceria o olhar brasileiro ao fazer tais filmes.

Também foram encontradas evidências que apontam para uma maior valorização da cultura regional que se encontra fora do eixo Rio-São Paulo por parte da Bandeirantes. Em 2004, a emissora exibiu programas sobre o carnaval da Bahia, festas juninas do Maranhão e produziu um documentário no Pará registrando a tradição e o folclore do Estado. Além disso, a emissora fez a cobertura da Oktoberfest, em Santa Catarina, com reportagens especiais sobre esse evento (JIMENEZ, 2004).

Em todos estes exemplos de iniciativas por parte da Bandeirantes, o regional que é valorizado é aquele cujos limites são estaduais, ou seja, a região que é vista como possuidora de uma cultura própria e que deve ser valorizada e mostrada na TV é aquela definida pelos limites estaduais, assim como propõe o projeto de Jandira Feghali. O conteúdo, nestes casos, é obviamente regional, por ser este mesmo o objetivo destes programas. Além disso, a qualidade, mais uma vez, é encontrada valorizando as diferenças e individualidades das regiões e através da exposição da diversidade na TV, ou seja, permitindo que a televisão seja a expressão de uma sociedade multicultural.

---

<sup>23</sup> (informação verbal)

Com relação ao SBT, as informações obtidas que apontam para uma maior regionalização por parte do canal são aquelas já citadas no item 3.1, de que hoje em dia haveria, segundo o diretor do SBT, Júlio César Tavares (*apud* MATTOS, 2004), uma maior flexibilização da programação em rede nacional, quando houvesse algo importante a ser exibido regionalmente. No entanto, informações mais concretas sobre o tipo de programação local que seria privilegiada em relação à nacional não foram encontradas na pesquisa realizada para este trabalho.

Pode-se perceber, portanto, que apesar dessas emissoras terem se colocado contrárias à forma como vem sendo discutida a regionalização, por meio do PL 256/91, elas não estão com suas portas totalmente fechadas para a produção regional. Porém, com exceção da TV Record, não se sabe se estas mudanças tem sido espontâneas por parte das emissoras, se são vistas como uma resposta às demandas do mercado ou se são uma maneira de se adequar às possíveis novas regras de programação regional.

Sobre a TVE e a TV Cultura não foram encontradas informações nas fontes pesquisadas para este trabalho que evidenciem alguma mudança significativa em suas grades de programação no que se refere a uma maior regionalização da programação ou maior valorização da cultura local.

## **5.2 PROJETO “BRASIL TOTAL”**

“Brasil Total” é um projeto da Rede Globo, orientado pelo diretor Guel Arraes, pela apresentadora Regina Casé e pelo antropólogo Hermano Vianna. É importante chamar a atenção para o fato de que ele vê a questão da regionalização de maneira diferente da Lei proposta por Jandira Feghali e seu surgimento não teve relação com a tramitação do PL 256/91 na Câmara dos Deputados.

O que o “Brasil Total” propõe é que, ao invés de regionalizar a programação nacional, seja nacionalizada a programação local, por meio de produções de conteúdo regional feitas em vários formatos que são veiculadas nacionalmente. Estes formatos podem variar de programas completos regionais a quadros no infantil de Xuxa, produzidos através do intercâmbio entre equipes de todas as afiliadas, que formam uma rede de colaboração de criação para suprir a grade de programação da emissora como um todo (CASTRO, 2002) <sup>24</sup>.

O que é importante destacar, aqui, é que apesar de tanto o Projeto de Lei 256/91 quanto o “Brasil Total” conceberem a produção de maneira regional, o primeiro propõe que apenas a região onde foi feita a programação a assista, enquanto no segundo todo o Brasil vê o que foi produzido regionalmente.

Nas próprias palavras de Hermano Vianna, os organizadores do “Brasil Total” procuram “pensar um pouco além” da Lei (*Ibid.*). Em sua opinião, ela “pensa a produção regional para as regiões. Isso é bom, mas trocar informações é mais interessante porque essas produções não ficam só em suas regiões. É nacionalizar o regional, fazer circular por todo o Brasil”.

Além disso, o “Brasil Total” propõe que as equipes de produção não falem somente de suas próprias regiões. Assim, por exemplo, uma equipe do Rio Grande do Norte pode fazer um programa no Rio Grande do Sul, e este produto será exibido nacionalmente, gerando um intercâmbio cultural entre as regiões do País.

Para o antropólogo, um dos objetivos do seu projeto é fazer uma TV popular de qualidade, ligada à idéia de regionalização. Para ele,

a TV no Brasil é extremamente centralizada, o que as pessoas ouvem no país é praticamente apenas o sotaque do Rio e de São Paulo. [...] Este projeto é uma vontade [...] de que a televisão também possa discutir televisão, a maneira como é feita a televisão no Brasil. E a gente está começando essas coisas a partir da regionalização, de ter muitos olhares,

---

<sup>24</sup> Para facilitar o processo, todos os produtos desse projeto têm uma marca para identificá-lo (no caso, “Brasil Total”).

muitos sotaques diferentes. A novidade desse processo não é um programa, não é o tema, é o modo de fazer. (VIANNA *apud* CASTRO, 2002.)

Portanto, a qualidade, aqui, é vista de duas maneiras distintas. Em primeiro lugar, pode ser entendida, neste caso, como a busca pela inovação do conteúdo do que é veiculado, “explorando os recursos de linguagem numa direção inovadora” (MULGAN, 1990, *apud* MACHADO, 2003, p.25). Além disso, o projeto “Brasil Total” procura a qualidade abrindo oportunidades para experiências diferenciadas, sendo a expressão de uma sociedade multicultural.

Também pode-se perceber que no caso desse projeto, o limite do que é definido por regional não é rígido. O que se busca é dar espaço na TV para localidades que possuam alguma particularidade e características próprias para serem retratadas na TV, independentemente de limites municipais, estaduais ou de área de cobertura das emissoras. Já o conteúdo acaba sendo, necessariamente, regional, já que um dos objetivos do programa é mostrar essas características regionais próprias de cada localidade.

O primeiro produto da série “Brasil Total” foi ao ar em dezembro de 2002, como um quadro do programa “Fantástico”. Esse foi produzido no Rio Grande do Norte, em Carnaúba, pela TV Cabugi, afiliada da Globo, e mostrou o processo de feitura do chouriço na Chouriçada, festa natalina dessa cidade nordestina. É importante destacar que, além da reportagem local ganhar uma transmissão nacional, na região onde foi feito o programa houve a exibição de uma versão mais longa do quadro. Segundo dados do Ibope, a audiência subiu durante sua apresentação. Para Esther Hamburger (2002), este fato pode sugerir que “sotaques locais combinados com espontaneidade são capazes de se destacar”.

Em abril de 2003, o quadro se tornou fixo no “Fantástico” e em novembro de 2004, novas séries de quadros do “Brasil Total” foram feitas para serem apresentadas no mesmo programa [sob o título de “Farofa Total”] e no “Altas Horas”. Nesta última, duas meninas moradoras do morro do Cantagalo, no Rio de Janeiro, visitaram uma feira agropecuária em



Goiás, um baile funk na Bahia, uma apresentação folclórica no Amazonas e um evento hip hop no Rio Grande do Sul. Na volta para o Rio de Janeiro, elas mostraram os vídeos das viagens para os colegas da favela, que fizeram comentários sobre as diferenças culturais (CASTRO, 2004).

Pode-se, então, levantar a questão sobre se esse projeto não seria uma complementação do projeto de regionalização da programação proposto por Jandira Feghali. A experiência da Rede Globo mostra, como pode-se perceber, que este é um tipo de regionalização viável e que conta com a atenção do público, percebida pela elevação dos níveis de audiência durante a exibição do quadro no “Fantástico”.

### **5.3 PARCERIAS REGIONAIS**

Segundo o diretor do SBT Brasília, Flávio Cavalcanti Júnior (*apud* VIANNA, 2004), uma outra alternativa em busca de uma maior regionalização da programação de TV poderia ser encontrada através de parcerias regionais entre afiliadas. Ele parte da premissa de que alguns estados do Brasil não poderiam arcar com os custos de exibir programação feita no mesmo estado onde é veiculada, nos percentuais propostos por Jandira Feghali, mas acredita que se as afiliadas de uma mesma macro-região do Brasil se unissem, seria possível alcançar o objetivo do PL 256/91.

Destaca-se, aqui, que o mais importante nesta proposta é o deslocamento do que se entende por “regional” em relação ao Projeto de Lei. Flávio Cavalcanti deixa de lado o “regional” visto como estado ou área de cobertura da emissora, para vê-lo como macro-região do Brasil [Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste]. Quando Flávio Cavalcanti demonstra sua preocupação com o fato de as emissoras não poderem arcar com os custos de uma programação regional nos moldes propostos por Jandira Feghali, implicitamente pode-se

encontrar uma preocupação com a qualidade do que seria veiculado, do ponto de vista técnico. Aspectos relativos ao conteúdo do que seria exibido pelas emissoras não foram levantados nessa proposta.

## **5.4 OUTROS PROJETOS DE LEI**

Outros projetos de lei que tratam da regionalização da programação de televisão e tramitam na Câmara atualmente, com chances de serem aprovados no futuro são os seguintes: PL 192/91, do senador Iram Saraiva (PDT - GO); PL 506/91, de autoria do ex-deputado Nilson Gibson (PMDB - PE); PL 3384/97, do ex-deputado Marçal Filho (PMDB - MS); PL 2037/91, do ex-ministro da Infra-estrutura, João Eduardo Cerdeira de Santana; e PL 3273/04, do deputado Almir Moura (PF - RJ).

### **5.4.1 Projeto de lei 192/91, do senador Iram Saraiva**

O Projeto de Lei do Senador Iram Saraiva regulamenta o mesmo dispositivo constitucional que o PL de Jandira Feghali, o inciso III do artigo 221. Pode-se perceber, inclusive, que os dois projetos são muito similares, pois definem a quantidade de programas regionais que deverão ser exibidos pelas emissoras, além de terem sido propostos no mesmo ano, 1991. No PL de Iram Saraiva, no entanto, os percentuais obrigatórios de programação regional são de vinte por cento de programas jornalísticos e quinze por cento de programas culturais e artísticos, entre toda a programação das emissoras, ao contrário das horas semanais obrigatórias definidas por Jandira Feghali de acordo com a área de cobertura das emissoras (ANDRÉ, 2002a).

O senador, assim como Jandira Feghali, não contempla em seu projeto a questão do conteúdo que será veiculado regionalmente caso seu projeto seja aprovado. Aqui, a qualidade da TV é vista como a valorização das diferenças e das minorias, como no PL 256/91.

Ele está sujeito à apreciação do Plenário e sua votação será feita em conjunto com dois outros projetos, uma vez que está apensado ao PL 1439/91 [que concede anistia aos crimes praticados por meio da imprensa] e este ao PL 3232/92 [que dispõe sobre a liberdade de imprensa, de opinião e de informação, disciplina e responsabilidade dos meios de comunicação]. Até o momento, os pareceres das Comissões da Câmara têm sido contrários à aprovação do Projeto do senador Iram Saraiva.

#### **5.4.2 Projeto de Lei 3384/97, do ex-deputado Marçal Filho**

O Projeto de Lei 3384/97, do ex-deputado Marçal Filho, assim como o de Jandira Feghali, dispõe sobre a obrigatoriedade das emissoras de televisão destinarem horários específicos à veiculação de programação regional. No entanto, eles apresentam algumas diferenças entre si. A primeira é relativa ao limite de horário definido para produção regional: neste caso, a produção local deveria ser veiculada entre 14h e 16h e no Projeto de Lei 256/91, entre 5h e 24h.

Além disso, os projetos diferem no critério usado para definição do limite regional. Jandira Feghali utiliza o estadual unido ao de área de cobertura e aqui, usa-se o municipal: no caso de cidades com até 100 mil habitantes, o tempo reservado para programação regional seria de trinta minutos diários; nas cidades com população entre 100 e 300 mil habitantes, sessenta minutos; naquelas com 300 a 500 mil, noventa minutos; e nas cidades com mais de 500 mil habitantes, o tempo destinado a programas locais deveria ser de cento e vinte minutos.

As punições também variam entre os dois projetos. No PL 256/91, aqueles que não cumprirem o proposto no projeto serão primeiramente advertidos e em seguida multados. Se houver reincidência, haverá a suspensão da concessão por até vinte e quatro horas e, a cada reincidência, suspensão por até trinta dias. No caso do projeto de Marçal Filho, a punição para quem deixar de cumprir a determinação não prevê advertência nem suspensão da concessão por até vinte e quatro horas, mas multa entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil e, logo em seguida, suspensão da concessão por até trinta dias (ASSUMPÇÃO, 2002).

Esse projeto também não demonstra preocupação com o conteúdo do que será exibido regionalmente, apenas define os critérios do regional, visto como município. A busca pela qualidade na TV pode ser entendida da mesma maneira que o projeto apresentado no item anterior.

O PL 3384/97 tramita em caráter conclusivo das Comissões [não será votado em Plenário], apensado ao PL 7075/02. Este propõe que trinta por cento da programação das emissoras de rádio e televisão, no horário compreendido entre 6h e 18h para o rádio e entre 18h e 22h para a televisão, seja destinado à programação local e regional.

#### **5.4.3 Projeto de Lei 506/91, do ex-deputado Nilson Gibson**

O Projeto de Lei 506/91 do ex-deputado Nilson Gibson busca regulamentar os artigos 220 e 221 na Constituição Federal, dispondo sobre a liberdade de manifestação do pensamento e informação, pregando a extinção da censura, o certificado de classificação de espetáculo público, o incentivo à produção cultural, informativa e regional. Além disso, também são definidas as infrações e as penalidades para aqueles que não cumprirem o proposto em lei. No entanto, não foram encontrados dados sobre os percentuais através dos quais este projeto propõe a regionalização da programação televisiva. Informações mais

detalhadas não estão dispostas no site da Câmara dos Deputados nem foram enviadas à autora quando solicitadas.

Este projeto está sujeito à apreciação do Plenário e tramita na Câmara em conjunto com o PL 1439/91, que também regulamenta artigo 220 da Constituição. Até o momento, ele vem recebendo pareceres favoráveis das Comissões.

#### **5.4.4 Projeto de Lei 2037/91, do ex-ministro João Eduardo Cerdeira de Santana**

Contrariamente aos outros projetos de lei apresentados neste trabalho, o Projeto de Lei do ex-ministro João Eduardo Cerdeira de Santana deixa a cargo das próprias emissoras de TV a escolha da programação e do tempo destinado a cada tipo de produção. O autor do projeto justifica sua posição argumentando que um dos princípios norteadores da Constituição de 1988 é a democracia e que, por isso, as emissoras devem ter liberdade para optar pelo tipo de programação que irão adotar. Assim, aspectos relativos à busca por uma TV de mais qualidade e à delimitação do regional não são contemplados por esse projeto.

Este projeto de lei tramita em caráter conclusivo das Comissões [não será apreciado em Plenário] e em maio de 2004, quando estava sendo analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, vinha recebendo parecer contrário do relator, deputado Bispo Wanderval.

#### **5.4.5 Projeto de Lei 3273/04, do deputado Almir Moura**

O deputado Almir Moura, através de seu Projeto de Lei, de 2004, procura instituir o serviço de televisão educativa regional. Pelo PL, associações e fundações reconhecidas como entidades de utilidade pública poderiam adquirir emissoras de televisão, com programação

educativa e regional, com finalidades artísticas, culturais e informativas. A outorga valeria pelo prazo de oito anos, com direito a renovação por um mesmo período.

Além disso, pela proposta, a veiculação de anúncios e outras práticas que configurassem comercialização seriam proibidas e apenas quinze por cento da programação seria destinado à publicidade. Almir Moura (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2004) chama a atenção para a carência de programação educativa adequada à realidade local, ressaltando que a maioria das emissoras importa valores e padrões culturais, artísticos e culturais dos grandes centros.

Percebe-se, assim, que esse PL, diferentemente dos outros apresentados neste trabalho, preocupa-se com o conteúdo do que será exibido pelas emissoras localmente. Isto fica claro quando se vê que o projeto limita o espaço destinado à publicidade e, sobretudo, quando define o caráter da programação que deverá ser veiculada: educativa regional. Aqui, a busca pela qualidade ultrapassa a preocupação com os recursos técnicos e com a diversidade cultural apresentada pela TV, chegando ao conteúdo e nos valores educativos que serão exibidos.

Pensando na viabilidade desse projeto, pode-se pensar no caso da Rede Minas, citado no item 3.3.2. A experiência desta emissora mostra que um projeto como este pode ser viável, se houver interesse por parte das fundações e entidades públicas. Esta alternativa foi, inclusive, levantada durante os debates sobre a aprovação do Projeto de Jandira Feghali na Câmara dos Deputados, pelo representante da Bandeirantes, Washington Melo. Para ele, “a defesa e a preservação dos valores culturais de cada região caberia às televisões públicas, que prefeririam fugir deste papel e entrar na disputa com as emissoras privadas, inclusive na área comercial” (MELO *apud* ALVES; CASTELLO BRANCO, 2004).

Além disso, é importante destacar que um tipo de emissora como a proposta por Almir Moura, por não possuir vínculos com grandes anunciantes e não depender da audiência,

poderia se sentir mais livre no processo rumo à regionalização da programação, desde que se assumisse uma postura como a discutida neste trabalho no item sobre aspectos econômicos.

O PL 3273/04 tramita na Câmara em caráter conclusivo pelas Comissões.

## **6 CONCLUSÕES**

O contexto em que está inserido o Projeto de Lei de Regionalização da Programação de TV é muito amplo e não se procurou com este trabalho abordar todos os seus aspectos. O processo de tramitação do PL 256/91 ainda está em curso e, apesar de ter conseguido uma passagem vitoriosa pela Câmara dos Deputados, não se sabe que rumo as discussões no Senado Federal podem tomar. Estas, por não estarem concluídas, não fizeram parte da análise aqui apresentada.

Foi analisado o caminho que o Projeto percorreu na Câmara, com maior atenção para o período subsequente a 2002, quando ocorreram os debates mais importantes entre as partes envolvidas na questão: emissoras de televisão, parlamentares, cineastas, artistas e o Conselho de Comunicação Social. Analisando os dados obtidos, pôde-se perceber que havia interesses diversos quanto à aprovação do PL, que sofreu várias mudanças em relação à sua primeira versão de 1991.

A maioria dos parlamentares se colocou a favor do Projeto, assim como os cineastas, a classe artística e a jornalística. Eles se basearam em argumentos a favor da diversidade cultural brasileira e da necessidade de privilegiar a cultura de outras regiões do Brasil além do Sul e Sudeste, que acabam dominando o cenário televisivo brasileiro ao produzirem cerca de noventa por cento da programação de TV brasileira. Também foi enfatizada a importância da geração de empregos na área do audiovisual que a efetivação do Projeto de Lei poderia gerar. Além disso, justificou-se a aprovação do Projeto de Lei através do argumento de que, assim, estaria-se regulamentando um dispositivo constitucional não aplicado.

As emissoras de TV, no entanto, assumiram uma posição contrária à maior parte das obrigatoriedades impostas pelo PL 256/91 e chegaram a conseguir que parte de suas reivindicações fosse aceita. Sua alegação era que em determinadas regiões do Brasil seria



inviável colocar a Projeto em prática, devido à falta de condições técnicas e de infra-estrutura. Além disso, para as emissoras, a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais e de produções independentes seria inconstitucional. Também chegou a ser questionado se o governo teria meios de fiscalizar o cumprimento da Lei e houve um grande descontentamento com as punições para aqueles que descumprissem o proposto pelo Projeto.

No entanto, apesar da argumentação contrária à aprovação por parte das emissoras, chegou-se à conclusão, nesta análise, que elas não seriam contrárias à regionalização da programação em si, mas à maneira como ela viria sendo encarada pelo Projeto de Jandira Feghali, ou seja, através de uma imposição legal. Acredita-se que as emissoras aceitariam a regionalização se esta fosse vista como uma resposta às demandas do mercado, acontecendo “naturalmente”, sem interferências do governo. Seguindo este argumento, seria necessário, em primeiro lugar, detectar um nicho de mercado para a programação regional, para que, em seguida, ela fosse realizada. Esta posição é reiterada por Merton e Lazarsfeld (1969, p.115), que afirmam que um produtor somente levará ao ar aquilo que não seja contrário às demandas da audiência.

Neste contexto, pode-se tentar entender o que significaria tanto a aprovação quanto o arquivamento do PL 256/91. Ao ser aprovado, estariam sendo desconsideradas as posições das emissoras de TV contrárias ao Projeto. Se elas estiverem certas quanto à inviabilidade da aplicação da Lei em algumas regiões, pode ser que o PL nunca seja efetivamente colocado em prática.

Se o Projeto for rejeitado, isso poderá significar que prevaleceu o argumento das emissoras e que a regionalização será alcançada por outras vias. Em primeiro lugar, poderia-se buscá-la pela regulamentação por meio de outros projetos de lei que definissem outros percentuais. A regionalização também poderia ser um princípio que ficasse restrito às emissoras públicas e estatais. A análise da experiência da Rede Minas mostrou que é possível

para uma emissora estatal regionalizar grande parte de sua grade de programação. Dentre as emissoras analisadas consideradas como bem-sucedidas em relação à regionalização, esta se destacou como a que mais apresentou programas regionais no período de uma semana.

Além disso, a regionalização poderia ser alcançada deixando-se as emissoras livres para definir seus próprios percentuais de exibição de programas regionais, seguindo seus interesses. O argumento que justificaria esta posição é o princípio da democracia e direito à liberdade de expressão.

De qualquer forma, percebeu-se que, nos últimos anos, as principais emissoras de TV com sede nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Globo, Record, SBT, Bandeirantes e Rede TV!) tomaram algumas iniciativas com o objetivo de alcançar uma maior regionalização, cada uma visando um objetivo diferente. A Record, por exemplo, passou a fazer edições locais do programa “Cidade Alerta”, em 2003, com o objetivo declarado de se adaptar às regras do Projeto de Jandira Feghali.

Já no caso da Globo, SBT, Bandeirantes e Rede TV! não se chegou à conclusão se as mudanças rumo à maior regionalização teriam relação direta com uma adaptação às novas regras propostas por Jandira Feghali. Assim, a Globo inaugurou a TV Vanguarda como um ponto de partida para a valorização da região do Vale do Paraíba, Taubaté e municípios vizinhos, com o objetivo de ser um laboratório de experimentação de novos formatos para TV. Além disso, a Globo criou o “Brasil Total”, que é visto sob um viés que vai além do proposto por Jandira Feghali, ao procurar, além de se produzir localmente, exibir em rede nacional essa produção, com o objetivo de criar um produto com uma linguagem diferenciada e criativa na televisão.

Por outro lado, no caso do SBT, a maior flexibilização da programação nacional, que passou a abrir brechas para a regionalização, é vista como uma resposta às demandas do mercado e como uma maneira de aumentar o lucro do canal.

Por fim, no caso da Bandeirantes e da Rede TV!, não foram encontrados os motivos que levaram as emissoras a produzir mais programas regionais fora do local de sua sede em 2004.

Quanto às diversas definições de “regional” presentes no PL, na análise feita, pôde-se encontrar as seguintes: em primeiro lugar, é dito no Projeto que produção regional será entendida como aquela produzida e emitida nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras ou de suas afiliadas, ou seja, o que prevaleceu foi o limite estadual. No entanto, ao se definir o critério para exibição das horas semanais, outro critério é utilizado: o de área de cobertura da emissora. Por fim, no caso da Amazônia Legal, utiliza-se o critério de macro-região brasileira.

Conclui-se que há uma certa dificuldade em interpretar o que o texto do artigo 221 da Constituição diz quando se refere à “cultura regional” e à “regionalização”, uma vez que não esclarece estes termos. Isto tanto é verdade que foi possível que Flávio Cavalcanti Júnior, diretor do SBT, propusesse que, para o Projeto ser viável economicamente, fossem feitas parcerias entre as afiliadas de uma mesma macro-região do Brasil. O presidente da ABTA, Roberto Wagner Monteiro, também acredita que o artigo 221 da Constituição se refere às macro-regiões e que Jandira Feghali estaria errando ao ver o regional como local. Assim, percebe-se que não houve um consenso na interpretação do que é o regional e a que o texto constitucional se refere.

Também percebeu-se que Jandira Feghali partiu do pressuposto que os estados brasileiros, as áreas de cobertura das emissoras e a Amazônia Legal poderiam ser vistos como comunidades “integradas”, “formando uma comunidade distinta, com cultura própria, única, algo que transforma a localização de suas interações cotidianas” (FEATHERSTONE, 1997, p. 145). Ou seja, as divergências e diferenças que podem existir dentro de um Estado ou área de

cobertura de emissora não são levados em conta pela Projeto. Entretanto, na análise feita, percebeu-se que os limites de uma localidade não são tão fixos.

No caso das experiências de emissoras que já regionalizam parte de sua programação analisadas, cada uma contempla um “local” diferente. A RBS, por exemplo, cobre dois Estados: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A TV Vanguarda exibe programas de apenas alguns municípios do Estado de São Paulo. Já a EPTV une municípios do sul de Minas Gerais e interior de São Paulo [chama-se a atenção para o fato de que tanto a RBS quanto a TV Vanguarda e a EPTV exibem programação local mesclada com a programação em rede nacional da Globo]. Apenas no caso da Rede Minas prevaleceu o limite estadual.

Como é dito na análise feita no trabalho, os critérios utilizados pelo Projeto para definir os limites da região que deve ter espaço garantido na programação podem não corresponder à integração e à identidade cultural que determinado local tem na prática. Assim, mais importante, aqui, é entender que durante as discussões e elaboração do Projeto de Jandira Feghali estiveram em jogo diversas formas de se entender o “regional” e o “local”.

Além disso, quando se propõe que sejam exibidos filmes nacionais e que a grade de programação das emissoras de TV por assinatura privilegiem a programação nacional em detrimento da estrangeira, o “regional” passa a ser o “nacional” que deve ser valorizado em relação aos programas internacionais veiculados. Esta reivindicação do Projeto poderia ser vista como uma reação à grande quantidade de produções para TV e filmes estrangeiros que são inseridos na programação da televisão brasileira.

Também foi analisado o papel da TV no contexto da pós-modernidade, em que o indivíduo é visto como fragmentado e composto de várias identidades contraditórias (HALL, 2004, p. 12). A televisão, através da exibição de programas para todos os gostos, poderia ajudar a resistir a esses fracionamentos (WOLTON, 1996, p. 148). Conclui-se que a televisão deve apresentar programas que mesquem as diversas identidades do sujeito (no caso do

regional, estas identidades seriam: brasileiro, fluminense, por exemplo e carioca) para ajudar a lidar melhor com elas. Nesse sentido, até as representações do estrangeiro, através de programas internacionais, seriam importantes, pois através do reconhecimento do outro também reafirma-se a própria identidade.

Também é pensada a televisão como mantenedora da imagem de comunidade da nação e percebeu-se que a TV pode ser responsável por manter a noção de integridade social e pertencimento a uma nação ou comunidade. Como é dito no item 4.1.3, o caráter da televisão seria o de reunir indivíduos e público e “oferecer-lhes a possibilidade de participar individualmente de uma ação coletiva” (WOLTON, 1996, p. 15), através dos programas oferecidos. Quando se pensa a TV sob este aspecto, ela é vista como o “laço social” de uma comunidade nacional, não se dirigindo a um público, classe social, etnia ou região específicos.

Assim, deveria se descobrir um equilíbrio entre o caráter geral e a particularização da programação televisiva, para que este laço social que une os espectadores não seja perdido. Conclui-se, no trabalho, que a TV regional acaba sendo o complemento natural da televisão em rede nacional.

Por fim, quanto à questão da busca por uma TV de mais qualidade, analisou-se as posições das partes envolvidas nas discussões tendo por base as definições de “qualidade em TV” de Geoff Mulgan (1990, p. 4-32, *apud* MACHADO, p. 24). Dos sete critérios enumerados por ele, seis foram utilizados no trabalho para se entender o que emissoras, produtores e parlamentares estariam reivindicando. Chegou-se à conclusão de que todas as setores que debateram em torno do PL 256/91 estão interessadas em produzir uma televisão mais qualitativa, mas cada um reivindica um “tipo” de qualidade diferente. Assim, para as emissoras de TV a qualidade é vista do ponto de vista técnico, do conteúdo e da capacidade de criar novas linguagens na televisão. Em alguns momentos, a qualidade também é entendida como a capacidade de detectar as demandas da audiência. E, para aqueles que apóiam o

Projeto 256/91, a qualidade é encontrada quando é valorizado o aspecto nacional, gerando mobilização e participação em torno de temas coletivos; quando é valorizado o aspecto regional, a qualidade é encontrada em programas que valorizam as diferenças e individualidades; por fim, a qualidade é encontrada na diversidade, permitindo que uma sociedade plural e multicultural se expresse na televisão.

## REFERÊNCIAS

ALVES, V.; CASTELLO BRANCO, P. Avança debate sobre regionalização na TV. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 19 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=20481&pesq=>>. Acesso em: 12 maio 2004.

ANDRÉ, D. Programação de TV é alvo de centenas de projetos. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 5 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=21021&pesq=TV>>. Acesso em: 12 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Regionalização da Programação. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 5 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=21022&pesq=>>. Acesso em: 12 maio 2004.

ASSUMPÇÃO, Regina Céli. Sem cultura local, emissoras podem ser multadas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 1º ago. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=21483&pesq=>>. Acesso em: 12 maio 2004.

AUDIÊNCIA discute programação regionalizada de rádio e TV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 18 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 13 out. 2004.

AUDIÊNCIA debate obrigatoriedade de programações locais de rádio e TV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 19 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 13 out. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. In: NEVES, R.J. (Org.). **Vade Mecum da Comunicação Social**. São Paulo: Rideel, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991. In: NEVES, R.J. (Org.) **Vade Mecum da Comunicação Social**. São Paulo, Rideel, 2000.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 256, de 12 de março de 1991. Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente e dá outras providências. **Lex: legislação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2001?]. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=15222](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=15222)>. Acesso em: 5 abril 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 192, de 20 de março de 1991. Regulamenta o inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, que dispõe sobre a regionalização da programação jornalística, cultural e artística de rádio e televisão. **Lex: legislação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2001?]. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=15143](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=15143)>. Acesso em: 11 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 3384, de 10 de julho de 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade das emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão) destinarem horários específicos à veiculação de programação local. **Lex:** legislação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2001?]. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=19575](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=19575)>. Acesso em: 11 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 506, de 2 de abril de 1991. Dispõe sobre a liberdade de manifestação do pensamento e informação e dá outras providências. **Lex:** legislação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2001?]. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=15534](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=15534)>. Acesso em: 11 nov. 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Informações sobre projetos de lei.** Brasília, 2004. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/Internet/sileg/Prop\\_Lista.asp?ass1=regionalização](http://www.camara.gov.br/Internet/sileg/Prop_Lista.asp?ass1=regionalização)>. Acesso em: 18 out. 2004.

\_\_\_\_\_. **Informações sobre o Projeto de Lei 256/91.** Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/Internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=15222](http://www.camara.gov.br/Internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=15222)>. Acesso em: 9 ago. 2004.

\_\_\_\_\_. **Informações sobre o Projeto de Lei 2252/89.** Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/Internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=201465](http://www.camara.gov.br/Internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=201465)>. Acesso em: 9 ago. 2004.

CASTRO, D. Globo leva 57% de publicidade oficial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2003. Outro canal, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u36153.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Para Boni, falta inovação na TV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 2003. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u37301.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Cidade Alerta terá edições no Rio e MG. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2003. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38263.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Globo abre laboratório para produção local. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2002. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u29180.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Garota do morro vira repórter da Globo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 2004. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3010200404.htm>>, Acesso em: 12 nov. 2004.

CIÊNCIA e Tecnologia avalia regionalização da programação das rádios e TV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 10 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcâmara/Lista.asp>>. Acesso em: 14 out. 2004.



CIÊNCIA e Tecnologia debate regionalização de rádio e TV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 18 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 13 out. 2004.

COMISSÃO aprova regras para regionalização do rádio e da TV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 11 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 14 out. 2004.

COMISSÃO vota programação de rádio e TV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 10 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 14 out. 2004.

DEL RÉ, A. Cultura regional deve ganhar mais espaço na TV. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 dez 2002. Disponível em: <[www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/12/05/cad021205.html](http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/12/05/cad021205.html)>. Acesso em: 17 maio 2004.

ENTRELINHAS. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2004. Caderno 2, p. 10.

EPTV. Central EPTV de Comunicação. **Grade de programação da EPTV Ribeirão**. Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: [verissimo@eptv.com.br](mailto:verissimo@eptv.com.br), 8 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Site de informações sobre a EPTV**. Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.eptv.globo.com>>. Acesso em: 7 nov. 2004.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**. São Paulo: Estúdio Nobel/SESC, 1997.

FEGHALI, J. Projeto de lei nº 256, de 1991. **Site da deputada Jandira Feghali**, Brasília, [200-?]. Disponível em: <<http://www.jandira.org.br/atuacao/projetos/PL256.html>>. Acesso em: 5 maio 2004.

FREDERICO, C. Boni aposta no regional em lançamento de emissora de TV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 2003. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u37088.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Boni inaugura emissora com aposta em produção regional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2003. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u37065.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAMBURGER, E. Rede regional pode se tornar alternativa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2003. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u36195.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. “Fantástico” destaca sotaque regional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 dez 2002. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u29655.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

JIMENEZ, K. Redes temem imposição de produção regional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2003. Telejornal. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/suplementos/tele/2003/01/05/tele015.html>>. Acesso em: 17 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Band aposta em sotaque regional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 2004. Caderno 2, p. 4.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003.

MANIFESTO de apoio a projeto de regionalização. **Site da deputada Jandira Feghali**, Brasília, 29 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.jandira.org.br/artigos.php?id=42>>. Acesso em: 4 out. 2004.

MATTOS, L. TVs locais crescem com empurrão dos anunciantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u29975.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Globo quer incentivo estatal para produzir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2004. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u41618.shtml>>. Acesso em: 13 maio 2004.

MERTON, R. K.; LAZARSELD, P. F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 103-125.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Número oficial de emissoras de rádio e televisão do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/MCDEZ02.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2004.

PLENÁRIO homenageia o fundador da EPTV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 24 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 14 out. 2004.

PLENÁRIO presta homenagem ao 25º aniversário da EPTV. **Jornal da Câmara**, Brasília, 24 maio 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 18 out. 2004.

PROJETO que regionaliza TV cria cota para produção independente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u29198.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2004.

RBS. Departamento de Programação da RBS. **Grade de programação da RBS**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/rbstv/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&pg=home>>. Acesso entre 7 e 13 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Site de informações sobre a RBS**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.rbs.com.br>>. Acesso em: 7 nov. 2004.

REDE MINAS. Departamento de Programação. **Grade de programação da Rede Minas**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.redeminas.com.br>>. Acesso em: 7 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Site de informações sobre a Rede Minas**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.redeminas.com.br/siteoficial/redeminas/>>. Acesso em: 7 nov. 2004.

REDE Minas de Televisão recebe homenagem da Casa. **Jornal da Câmara**, Brasília, 12 dez 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 14 out. 2004.

REGIONALIZAÇÃO da programação cultural, artística e jornalística. **Site da deputada Jandira Feghali**. Brasília, 15 out. 2003. Disponível em: <<http://www.jandira.org.br/artigos.php?id=77>>. Acesso em: 27 set. 2004.

REGIONALIZAÇÃO de TV e rádio será debatida em audiência. **Jornal da Câmara**, Brasília, 29 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 13 out. 2004.

REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL, 1ª reunião, 2004, Brasília. **Manifesto em defesa da regionalização da cultura**. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/comissoes/ccs/documentos/ProjRegProg.pdf>>. Acesso em: 20 out 2004.

\_\_\_\_\_. 1ª reunião, 2004, Brasília. **Ata circunstanciada**. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/pdf/06042004/09614.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2004.

TV VANGUARDA. Departamento de Programação. **Grade de Programação da TV Vanguarda**. Taubaté, 2004. Disponível em: <<http://www.tvvanguarda.com.br>>. Acesso entre: 7 e 13 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Site de informações sobre a TV Vanguarda**. Taubaté, [2003?]. Disponível em: <<http://www.tvvanguarda.com.br/>>. Acesso em: 7 nov. 2004.

TVs pedem que Conselho de Comunicação decida sobre a proposta. **Jornal da Câmara**, Brasília, 19 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/Lista.asp>>. Acesso em: 13 out. 2004.

VIANNA, J. Ainda não há consenso sobre a regionalização de TV. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 8 mar. 2004. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=46398&pesq=>>. Acesso em: 12 maio 2004.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público:** uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGOS CITADOS NO TRABALHO

**Art. 3º** - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Art. 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...].

**Art. 22** – Compete privativamente à União legislar sobre:

- I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- II – desapropriação;
- III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- V – serviço postal;
- VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
- VIII – comércio exterior e interestadual;
- IX – diretrizes da política nacional de transportes;
- X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- XI – trânsito e transporte;
- XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
- XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;
- XIV – populações indígenas;
- XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
- XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;
- XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
- XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;
- XX – sistemas de consórcios e sorteios;
- XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;
- XXII – competência da Polícia Federal e das Polícias Rodoviária e Ferroviária Federais;

XXIII – seguridade social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, III;

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

**Art. 48** – Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos artigos 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do Território Nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal (...).

**Art. 170** – A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente;

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

**Art. 215** – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

**Art. 220** – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no artigo 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

**Art. 221** – A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em Lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa humana.



**ANEXO B****PROJETO DE LEI 256-E, DE 1991****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
REDAÇÃO FINAL**

Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As emissoras de televisão ficam obrigadas a veicular, no horário de cinco às vinte e quatro horas, programas culturais, artísticos e jornalísticos totalmente produzidos e emitidos nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras e/ou suas afiliadas, nas seguintes condições:

I – vinte e duas horas semanais, no caso de emissoras que atendem áreas geográficas com mais de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores;

II – dezessete horas semanais, no caso de emissoras que atendem áreas geográficas com menos de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores;

III - dez horas semanais, no caso de emissoras que atendem localidades com menos de quinhentos mil domicílios com televisores.

§ 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II deste artigo deverão, no prazo de cinco anos, alcançar respectivamente trinta e duas horas e vinte e duas horas, com o aumento, ao final de cada ano, de duas horas no primeiro caso e de uma hora no segundo.

§ 2º No caso da Amazônia Legal, os valores estabelecidos no *caput* serão atendidos considerando-se programas produzidos e emitidos na região.

Art. 2º No caso das emissoras de televisão, pelo menos quarenta por cento das horas semanais estabelecidas no art. 1º deverão ser obrigatoriamente cumpridos com a veiculação de produção independente.

Parágrafo único. Do total reservado à produção independente, pelo menos quarenta por cento deverão ser destinados à apresentação de documentários, de obras audiovisuais de ficção e de animação, incluindo teledramaturgia, e até cinco por cento à apresentação de obras audiovisuais de publicidade comercial.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Produção Regional: a produção cultural, artística e jornalística totalmente produzida e emitida nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras de radiodifusão ou televisão e suas afiliadas e realizada por produtor local, seja pessoa física ou jurídica;

II - Produção Independente: aquela realizada por produtor ou produtora independente que não tenha qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários, quotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoa física ou jurídica;

III - Programas Culturais, Artísticos e Jornalísticos: programações e apresentações musicais, espetáculos de teatro, ópera, circo, dança, teledramaturgia, obras audiovisuais de ficção, documentários e animação, programação jornalística e religiosa, sendo que esta última no limite de dez por cento do total;

IV - Teledramaturgia: novelas, seriados, séries, minisséries e outras obras audiovisuais;

V - Programação Jornalística: telejornais, debates, mesas-redondas, entrevistas, documentários, reportagens e assemelhados, e eventos esportivos.

Art. 4º As emissoras de televisão deverão exibir em sua programação, pelo menos, uma obra cinematográfica ou videofonográfica nacional por semana, sendo, no mínimo, cinqüenta por cento de longa metragem.

§ 1º A exibição de obra cinematográfica ou videofonográfica de produção independente será computada em dobro para os fins do disposto no art. 1º.

§ 2º Nos serviços de vídeo sob demanda prestados pelas operadoras de serviços de telecomunicações, deverá ser observada a obrigatoriedade de exibição de um mínimo de cinqüenta por cento de programas ou obras audiovisuais de produção nacional.

Art. 5º As operadoras de serviços de televisão por assinatura deverão destinar, em sua grade, canal inteiramente dedicado à veiculação de produção cultural e educativa brasileira, sendo que, no mínimo, sessenta por cento da respectiva programação deverá ser fornecida, mediante contrato, por produtores independentes para exibição pela operadora.

Art. 6º As emissoras de rádio são obrigadas a destinar, diariamente, pelo menos vinte por cento do seu tempo de transmissão para a veiculação de programação musical ou jornalística de caráter nacional e dez por cento para a de caráter regional.

Art. 7º O não cumprimento dos percentuais mínimos fixados nesta Lei por parte das emissoras de rádio e televisão implicará, sucessivamente, a aplicação das seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão da concessão por até vinte e quatro horas, no caso da primeira reincidência;

IV - suspensão da concessão por até trinta dias, a cada reincidência.

Art. 8º As emissoras de rádio e televisão terão um prazo de dois anos para adaptar suas programações aos percentuais definidos nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de junho de 2003.

Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH  
Presidente

Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Relator

## ANEXO C

### MANIFESTO EM DEFESA DA REGIONALIZAÇÃO DA CULTURA

#### **Todo o apoio ao PL 256/91 – Regionalização da programação cultural, artística e jornalística**

As entidades da classe artística, cultural e jornalística, artistas, intelectuais e produtores independentes, manifestam seu irrestrito apoio ao PL 256/91, de autoria da deputada federal Jandira Feghali, que trata da regulamentação da Regionalização da Programação Cultural, Artística e Jornalística e da presença da produção audiovisual independente na TV aberta brasileira.

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas no mundo e no Brasil, e entre elas os novos meios Tecnológicos de Informação (TI), provocaram consequências, ainda imensuráveis no mundo da cultura, das artes e das comunicações. Essa nova realidade coloca em questão valores e interesses, sob a ótica da ética, da liberdade e do mundo do trabalho, que exigem reflexões e posicionamentos por parte dos que pautam suas vidas e atividades profissionais em princípios como pluralidade cultural e democratização das informações. Entendemos ser este um caminho de esperanças e compromissos na construção da identidade cultural enquanto nação brasileira e seres sociais que somos.

A revolução da informática, a entrada do Brasil na competição pela digitalização da TV, o conhecimento numeralizado, o direito à propriedade intelectual e o vácuo de 40 anos na legislação referente à regulamentação de rádio e televisão, estão a exigir a formulação de leis numa perspectiva progressista que normatize a utilização dos avanços tecnológicos. A identidade cultural, a democratização da informação, os direitos autorais, a abertura de novas oportunidades de trabalho nas áreas das artes, cultura e jornalismo, devem ser os eixos norteadores dessa regulamentação.

Queremos participar da definição do lugar que o Brasil precisa e pode ter na competição da cadeia global das transformações técnico-científicas, com grande foco nas negociações na OMC e ALCA, no universo basilar de um povo e de uma nação – A CULTURA.

Assim, entendemos ser o PL 256 uma importante janela que se abre para além de um extenso debate sobre a legislação que deve ser atualizada e criada, correspondente ao momento histórico atual.

DEMOCRATIZAR a informação e os meios de comunicação é ter acesso a instrumentos, dados, conteúdos indispensáveis à formação de uma consciência crítica, individual e social, coletiva e comunitária.

REGIONALIZAR a produção artística, cultural e o jornalismo, é um caminho para integrar o binômio DIVERSIDADE / IDENTIDADE, no processo da formação cultural do povo brasileiro. A identidade nacional vai se construindo no respeito às diversidades, de tal modo que cada brasileiro se identifique no todo da produção cultural do Brasil.

Por essas razões, manifestamos nosso decidido apoio ao PL 256, sem modificações, na medida que o mesmo resulta de um amplo acordo, após anos de debate na Câmara e na sociedade. Assinamos este manifesto na expectativa de vê-lo aprovado no Senado e sancionado pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva.

Vivemos um tempo em que a Esperança exige Compromissos.

BRASIL, MOSTRA SUA CARA!

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2003.

## ANEXO D

## EMISSORAS E RETRANSMISSORAS DE TV NO BRASIL

Quadro 1 – Relação das emissoras outorgadas no Brasil até dezembro de 1998 e após 1999

| EMISSORAS           | Outorgas até dez. 1998 | Outorgas após 1999 |
|---------------------|------------------------|--------------------|
| Acre                | 4                      | 1                  |
| Alagoas             | 4                      | 2                  |
| Amazonas            | 6                      | 1                  |
| Amapá               | 4                      | 0                  |
| Bahia               | 11                     | 4                  |
| Ceará               | 7                      | 3                  |
| Distrito Federal    | 7                      | 3                  |
| Espírito Santo      | 7                      | 7                  |
| Goiás               | 12                     | 5                  |
| Maranhão            | 10                     | 2                  |
| Mato Grosso         | 5                      | 4                  |
| Mato Grosso do Sul  | 5                      | 4                  |
| Minas Gerais        | 19                     | 39                 |
| Pará                | 8                      | 2                  |
| Paraíba             | 6                      | 0                  |
| Paraná              | 27                     | 15                 |
| Pernambuco          | 8                      | 3                  |
| Piauí               | 4                      | 3                  |
| Rio de Janeiro      | 14                     | 4                  |
| Rio Grande do Norte | 5                      | 2                  |
| Rio Grande do Sul   | 21                     | 6                  |
| Rondônia            | 5                      | 1                  |
| Roraima             | 2                      | 0                  |
| Santa Catarina      | 13                     | 10                 |
| São Paulo           | 44                     | 26                 |
| Sergipe             | 4                      | 0                  |
| Tocantins           | 4                      | 1                  |
| <b>TOTAL</b>        | <b>269</b>             | <b>147</b>         |

Fonte: Números oficiais do Ministério das Comunicações.

**Quadro 2 – Relação das retransmissoras licenciadas no Brasil até dezembro de 1998 e após 1999**

| <b>RETRANSMISSORAS</b> | <b>Licenciadas até dez. 1998</b> | <b>Licenciadas após 1999</b> |
|------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| Acre                   | 41                               | 53                           |
| Alagoas                | 87                               | 22                           |
| Amazonas               | 147                              | 82                           |
| Amapá                  | 24                               | 9                            |
| Bahia                  | 625                              | 75                           |
| Ceará                  | 260                              | 76                           |
| Distrito Federal       | 9                                | 14                           |
| Espírito Santo         | 176                              | 15                           |
| Goiás                  | 310                              | 179                          |
| Maranhão               | 144                              | 158                          |
| Mato Grosso            | 162                              | 112                          |
| Mato Grosso do Sul     | 220                              | 26                           |
| Minas Gerais           | 1137                             | 217                          |
| Pará                   | 262                              | 18                           |
| Paraíba                | 79                               | 13                           |
| Paraná                 | 397                              | 67                           |
| Pernambuco             | 131                              | 22                           |
| Piauí                  | 90                               | 4                            |
| Rio de Janeiro         | 331                              | 40                           |
| Rio Grande do Norte    | 95                               | 5                            |
| Rio Grande do Sul      | 707                              | 41                           |
| Rondônia               | 118                              | 36                           |
| Roraima                | 36                               | 8                            |
| Santa Catarina         | 688                              | 73                           |
| São Paulo              | 1430                             | 260                          |
| Sergipe                | 52                               | 8                            |
| Tocantins              | 97                               | 55                           |
| <b>TOTAL</b>           | <b>7855</b>                      | <b>1688</b>                  |

Fonte: Números oficiais do Ministério das Comunicações.

## ANEXO E

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO EXIBIDA PELA RBS ENTRE OS DIAS 7 E 13 DE  
NOVEMBRO DE 2004<sup>25</sup>**

**Domingo, 7 de novembro de 2004.**

05h20 - UM SALTO PARA O FUTURO I  
 05h40 - UM SALTO PARA O FUTURO II  
**06h00 - CAMPO E LAVOURA**  
**06h35 - GALPÃO CRIOULO**  
 07h30 - PEQUENAS EMPRESAS  
 08h00 - GLOBO RURAL  
 09h00 - AUTO ESPORTE  
 09h30 - ESPORTE ESPETACULAR  
 12h15 - A TURMA DO DIDI  
 12h50 - TEMPERATURA MÁXIMA  
 15h00 - DOMINGÃO DO FAUSTÃO  
 16h00 - FUTEBOL 2004 - CAMPEONATO BRASILEIRO: CRUZEIRO x VASCO  
 18h00 - DOMINGÃO DO FAUSTÃO  
 20h30 - FANTÁSTICO  
 23h00 - SOB NOVA DIREÇÃO  
 23h40 - TIM FESTIVAL

**Segunda-feira, 8 de novembro de 2004.**

00h30 - TELEDOMINGO  
 01h10 - LANCE FINAL  
 01h30 - DOMINGO MAIOR  
 03h40 - SESSÃO DE GALA  
 05h25 - TELECURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 - TELECURSO 2000 - II GRAU  
 06h00 - TELECURSO 2000 - I GRAU  
 06h15 - GLOBO RURAL  
**06h30 - BOM DIA RIO GRANDE / BOM DIA SANTA CATARINA**  
 07h15 - BOM DIA BRASIL  
 08h05 - MAIS VOCÊ  
 09h30 - XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 - SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h55 - TV GLOBINHO  
**12h00 - JORNAL DO ALMOÇO**  
 12h45 - GLOBO ESPORTE  
 13h15 - JORNAL HOJE  
 13h45 - VÍDEO SHOW  
 14h30 - VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h30 - SESSÃO DA TARDE

---

<sup>25</sup> Todos os programas citados em negrito são aqueles produzidos no local da sede da RBS, ou seja, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

17h30 – MALHAÇÃO  
 18h00 – CABOCLA  
**18h50 – RBS NOTÍCIAS**  
 19h10 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h55 – SENHORA DO DESTINO  
 22h00 – TELA QUENTE

**Terça-feira, 9 de novembro de 2004.**

00h10 – JORNAL DA GLOBO  
 00h45 – PROGRAMA DO JÔ  
 02h15 – INTERCINE BRASIL  
 05h25 – TELECURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
**06h30 – BOM DIA RIO GRANDE / BOM DIA SANTA CATARINA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h50 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL DO ALMOÇO**  
 12h45 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h45 – VÍDEO SHOW  
 14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h45 – SESSÃO DA TARDE  
 17h30 – MALHAÇÃO  
 18h00 – CABOCLA  
**18h50 – RBS NOTÍCIAS**  
 19h10 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h55 – SENHORA DO DESTINO  
 22h00 – CASSETA E PLANETA  
 22h40 – A DIARISTA  
 22h25 – JORNAL DA GLOBO  
 23h55 – PROGRAMA DO JÔ

**Quarta-feira, 10 de novembro de 2004.**

01h25 – INTERCINE  
 03h10 – CORUJÃO  
 05h25 – TELECURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h40 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 05h55 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
**06h30 – BOM DIA RIO GRANDE / BOM DIA SANTA CATARINA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL



08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h55 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL DO ALMOÇO**  
 12h45 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h45 – VÍDEO SHOW  
 14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h45 – SESSÃO DA TARDE  
 17h35 – MALHAÇÃO  
 18h05 – CABOCLA  
**18h55 – RBS NOTÍCIAS**  
 19h15 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h45 – SENHORA DO DESTINO  
 21h50 – FUTEBOL – COPA SUL-AMERICANA: SANTOS x LDU  
 23h50 – JORNAL DA GLOBO

**Quinta-feira, 11 de novembro de 2004.**

00h15 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h30 – INTERCINE  
 03h30 – CORUJÃO  
 05h25 – TELECURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
**06h30 – BOM DIA RIO GRANDE / BOM DIA SANTA CATARINA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h55 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL DO ALMOÇO**  
 12h45 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h45 – VÍDEO SHOW  
 14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h35 – SESSÃO DA TARDE  
 17h15 – MALHAÇÃO  
 18h00 – CABOCLA  
**18h50 – RBS NOTÍCIAS**  
 19h10 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h55 – SENHORA DO DESTINO  
 22h00 – A GRANDE FAMÍLIA  
 22h50 – LINHA DIRETA  
 23h30 – JORNAL DA GLOBO  
**Sexta-feira, 12 de novembro de 2004.**

00h05 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h25 – INTERCINE  
 03h00 – CORUJÃO  
 05h25 – TELECURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
**06h30 – BOM DIA RIO GRANDE / BOM DIA SANTA CATARINA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h50 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL DO ALMOÇO**  
 12h45 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h45 – VÍDEO SHOW  
 14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h55 – SESSÃO DA TARDE  
 17h25 – MALHAÇÃO  
 18h00 – CABOCLA  
**18h50 – RBS NOTÍCIAS**  
 19h10 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h55 – SENHORA DO DESTINO  
 22h00 – GLOBO REPÓRTER  
 23h05 – OS ASPONES  
 23h40 – JORNAL DA GLOBO

**Sábado, 13 de novembro de 2004.**

00h15 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h45 – INTERCINE  
 13h55 – CORUJÃO  
 06h25 – GLOBO EDUCAÇÃO  
 06h45 – GLOBO CIÊNCIA  
 07h10 – GLOBO ECOLOGIA  
 07h30 – AÇÃO  
**08h00 – VIDA E SAÚDE**  
**08h30 – ANONYMUS GOURMET**  
 08h55 – TV GLOBINHO  
 11h35 – OS SIMPSONS  
**12h00 – JORNAL DO ALMOÇO**  
**12h25 – HISTÓRIAS CURTAS – FELIZ ANO NOVO, MEU VELHO**  
 12h45 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
**13h45 – PATROLA**  
 14h25 – CALDEIRÃO DO HUCK  
 16h15 – SESSÃO DE SÁBADO

18h00 – CABOCLA

**18h50 – RBS NOTÍCIAS**

19h10 – COMEÇAR DE NOVO

20h15 – JORNAL NACIONAL

20h55 – SENHORA DO DESTINO

22h00 – ZORRA TOTAL

23h00 – SUPERCINE

## ANEXO F

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO EXIBIDA PELA REDE MINAS ENTRE OS DIAS 7 E  
13 DE NOVEMBRO DE 2004<sup>26</sup>**

**Domingo, 7 de novembro de 2004.**

05h30 – NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA  
**06h00 – DOC TV – BRASIL IMAGINÁRIO (REPRISE)**  
 07h00 – SAÚDE BRASIL  
 07h45 – PALAVRA DE DEUS  
 08h00 – MISSA DOMINICAL  
 09h00 – VIOLA, MINHA VIOLA  
**10h00 – MINAS RURAL**  
 10h30 – REPÓRTER ECO  
**11h00 – ARRUMAÇÃO**  
 12h00 – O PEQUENO URSO  
 12h30 – CAILLOU  
**13h00 – ALTO-FALANTE**  
 14h00- CONFISSÕES DE ADOLESCENTE  
 14h30 – GALERA  
 15h00 – BEM BRASIL  
 16h30 – CINE BRASIL  
**18h00 – CURTA MINAS (REAPRESENTAÇÃO)**  
 18h30 – LIVRO ABERTO (REAPRESENTAÇÃO)  
 19h00 – PALCO BRASIL  
**20h00 – MAIS AÇÃO**  
 20h30 – MEIO DE CAMPO  
 22h00- MOMENTO DE DECISÃO  
**22h30 – JOGO DE IDÉIAS**  
 23h00 – DOCUMENTÁRIO

**Segunda-feira, 8 de novembro de 2004.**

00h00 – GRANDE ARTE  
 01h00 – GRANDES MESTRES  
**02h15 – A COR DO SOM**  
 05h10 – HINO NACIONAL BRASILEIRO  
 05h15 – TELECURSO 2000  
 06h00 – VESTIBULANDO DIGITAL  
 07h00 – ENERGIA  
**07h30 – JORNAL SETE E MEIA**  
**08h00 – OPINIÃO MINAS**  
 08h30 – GEMA BRASIL  
 09h00 – TELETUBBIES  
 09h30 – RÁ TIM BUM

---

<sup>26</sup> Todos os programas citados em negrito são aqueles produzidos no Estado de Minas Gerais, pela Rede Minas.

10h00 – O PEQUENO URSO  
 10h30 – 1,2,3... JÁ  
 11h15 – COCORICÓ  
 11h30 – O GATO ZAP  
**12h00 – JORNAL MINAS 1 EDIÇÃO**  
 12h25 – JORNAL VISUAL RJ  
**12h30 – JORNAL VISUAL MINAS**  
**13h00 – JORNAL DE ESPORTE**  
**13h30 – DIREITO DO CIDADÃO**  
 14h00 – RUPPERT  
 14h30 – ILHA RÁ TIM BUM  
 15h00 – 1,2,3... JÁ  
 15h45 – COCORICÓ  
 16h00 – SEM CENSURA  
**18h00 – BRASIL DAS GERAIS**  
**19h00 – AGENDA**  
**19h30 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO**  
 20h00 – O PODER DO MITO  
 21h55 – PROJETO BRASIL  
 22h00 – LIVRO ABERTO  
 22h30 – RODA VIVA

**Terça-feira, 9 de novembro de 2004.**

00h00 – CONTOS DA MEIA-NOITE  
**00h15 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO (REAPRESENTAÇÃO)**  
**00h45 – BRASIL DAS GERAIS (REAPRESENTAÇÃO)**  
**01h45 – AGENDA (REAPRESENTAÇÃO)**  
**02h15 – A COR DO SOM**  
 05h10 – HINO NACIONAL BRASILEIRO  
 05h15 – TELECURSO 2000  
 06h00 – VESTIBULANDO DIGITAL  
 07h00 – SAÚDE BRASIL  
**07h30 – JORNAL SETE E MEIA**  
**08h00 – OPINIÃO MINAS**  
 08h30 – GEMA BRASIL  
 09h00 – TELETUBBIES  
 09h30 – RÁ TIM BUM  
 10h00 – O PEQUENO URSO  
 10h30 – 1,2,3... JÁ  
 11h30 – O GATO ZAP  
**12h00 – JORNAL MINAS 1 EDIÇÃO**  
 12h25 – JORNAL VISUAL RJ  
**12h30 – JORNAL VISUAL MINAS**  
**13h00 – JORNAL DE ESPORTE**  
**13h15 – ECONOMIA & NEGÓCIOS**  
**13h30 – DIREITO DO CIDADÃO**  
 14h30 – RUPPERT  
 14h30 – ILHA RÁ TIM BUM  
 15h00 – 1,2,3... JÁ

15h45 – COCORICÓ  
**18h00 – BRASIL DAS GERAIS**  
**19h00 – AGENDA**  
**19h30 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO**  
 20h00 – A DEFINIR  
 21h00 – JORNAL DA CULTURA  
 21h55 – PROJETO BRASIL  
 22h00 – VOZES DA CULTURA  
 22h30 – OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA  
 23h30 – CONJUNTURA ECONÔMICA

**Quarta-feira, 10 de novembro de 2004.**

00h00 – CONTOS DA MEIA-NOITE  
**00h15 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO (REAPRESENTAÇÃO)**  
**00h45 – BRASIL DAS GERAIS (REAPRESENTAÇÃO)**  
**01h45 – AGENDA (REAPRESENTAÇÃO)**  
**02h15 – A COR DO SOM**  
 05h10 – HINO NACIONAL BRASILEIRO  
 05h15 – TELECURSO 2000  
 06h00 – VESTIBULANDO DIGITAL  
 07h00 – ENERGIA  
**07h30 – JORNAL SETE E MEIA**  
**08h00 – OPINIÃO MINAS**  
 08h30 – GEMA BRASIL  
 09h00 – TV CEMIG  
 09h30 – RÁ TIM BUM  
 10h00 – O PEQUENO URSO  
 10h30 – 1,2,3... JÁ  
 11h15 – COCORICÓ  
 11h30 – O GATO ZAP  
**12h00 – JORNAL MINAS 1 EDIÇÃO**  
 12h25 – JORNAL VISUAL RJ  
**12h30 – JORNAL VISUAL MINAS**  
**13h00 – JORNAL DE ESPORTE**  
**13h30 – DIREITO DO CIDADÃO**  
 14h00 – RUPPERT  
 14h30 – ILHA RÁ TIM BUM  
 15h00 – 1,2,3... JÁ  
 15h45 – COCORICÓ  
 16h00 – SEM CENSURA  
**18h00 – BRASIL DAS GERAIS**  
**19h00 – AGENDA**  
**19h30 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO**  
 20h00 – A DEFINIR  
 21h00 – JORNAL DA CULTURA  
 21h55 – PROJETO BRASIL  
**22h00 – JORNAL BDMG**  
**22h20 – CONTRAPONTO**  
**23h30 – CURTA MINAS**

**Quinta-feira, 11 de novembro de 2004.**

00h00 – CONTOS DA MEIA NOITE  
**00h15 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO (REAPRESENTAÇÃO)**  
**00h45 – BRASIL DAS GERAIS (REAPRESENTAÇÃO)**  
**01h45 – AGENDA (REAPRESENTAÇÃO)**  
 05h10 – HINO NACIONAL BRASILEIRO  
 05h15 – TELECURSO 2000  
 06h00 – VESTIBULANDO DIGITAL  
 07h00 – SAÚDE BRASIL  
**07h30 – JORNAL SETE E MEIA**  
**08h00 – OPINIÃO MINAS**  
 08h30 – GEMA BRASIL  
 09h00 – TELETUBBIES  
 09h30 – RÁ TIM BUM  
 10h00 – O PEQUENO URSO  
 10h30 – 1,2,3... JÁ  
 11h15 – COCORICÓ  
 11h30 – O GATO ZAP  
**12h00 – JORNAL MINAS 1 EDIÇÃO**  
 12h25 – JORNAL VISUAL RJ  
**12h30 – JORNAL VISUAL MINAS**  
**13h00 – JORNAL DE ESPORTE**  
**13h15 – ECONOMIA & NEGÓCIOS**  
**13h30 – DIREITO DO CIDADÃO**  
 14h00 – RUPPERT  
 14h30 – ILHA RÁ TIM BUM  
 15h00 – 1,2,3... JÁ  
 15h45 – COCORICÓ  
 16h00 – SEM CENSURA  
**18h00 – BRASIL DAS GERAIS**  
**19h00 – AGENDA**  
**19h30 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO**  
 20h00 – A DEFINIR  
 21h00 – JORNAL DA CULTURA  
 21h55 – PROJETO BRASIL  
 22h00 – NÓS  
 23h00 – DOCUMENTÁRIO  
 23h30 – PROVOCAÇÕES

**Sexta-feira, 12 de novembro de 2004.**

00h00 – TIMOE LOROSAE: O MASSACRE QUE O MUNDO NÃO VIU  
**01h15 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO (REAPRESENTAÇÃO)**  
**01h45 – BRASIL DAS GERAIS (REAPRESENTAÇÃO)**  
**02h45 – A COR DO SOM**  
 05h10 – HINO NACIONAL BRASILEIRO  
 05h15 – TELECURSO 2000  
 06h00 – VESTIBULANDO DIGITAL  
 07h00 – ENERGIA

**07h30 – JORNAL SETE E MEIA**  
**08h00 – OPINIÃO MINAS**  
 08h30 – GEMA BRASIL  
 09h00 – TELETUBBIES  
 09h30 – RÁ TIM BUM  
 10h00 – O PEQUENO URSO  
 10h30 – 1,2,3... JÁ  
 11h15 – COCORICÓ  
 11h30 – O GATO ZAP  
**12h00 – JORNAL MINAS 1 EDIÇÃO**  
 12h25 – JORNAL VISUAL RJ  
**12h30 – JORNAL VISUAL MINAS**  
**12h45 – JORNAL DE ESPORTE**  
**13h30 – DIREITO DO CIDADÃO**  
 14h00 – RUPPERT  
 14h30 – ILHA RÁ TIM BUM  
 15h00 – 1,2,3... JÁ  
 15h45 – COCORICÓ  
 16h00 – SEM CENSURA  
**18h00 – LOTERIA MINEIRA**  
**18h15 – BRASIL DAS GERAIS**  
**19h00 – AGENDA**  
**19h30 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO**  
 20h00 – O PODER DO MITO  
 21h00 – JORNAL DA CULTURA  
 21h55 – PROJETO BRASIL  
**22h00 – CINE MAGAZINE**  
 22h30 – CONEXÃO ROBERTO D'ÁVILA  
 23h30 – TV CEMIG

**Sábado, 13 de novembro de 2004.**

00h00 – CONTOS DA MEIA-NOITE  
**00h15 – DOC TV – BRASIL IMAGINÁRIO (REPRISE)**  
**01h15 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO REAPRESENTAÇÃO**  
**01h45 – BRASIL DAS GERAIS (REAPRESENTAÇÃO)**  
**02h30 – A COR DO SOM**  
 05h00 – DOCUMENTÁRIO  
 05h45 – CANAL SAÚDE  
 07h00 – TELECURSO 2000  
**08h00 – 30 MINUTOS**  
 08h30 – DOCUMENTÁRIO  
 09h00 – VIA LEGAL  
 09h30 – TV CEMIG  
 10h00 – RUPPERT  
 10h30 – O GATO ZAP  
 11h30 – CASTELO RÁ TIM BUM  
 11h30 – RÁ TIM BUM  
 12h00 – PROGRAMA ESPECIAL  
**12h30 – JORNAL MINAS 1 EDIÇÃO**



**13h00 – JORNAL VISUAL MINAS**  
**13h10 – MAIS AÇÃO**  
13h40 – DOCUMENTÁRIO  
**14h00 – MINAS RURAL**  
14h30 – REDE JOVEM DE CIDADANIA  
15h00 – CULTURA DOCUMENTO  
15h30 – CASTELO RÁ TIM BUM  
16h00 – RUPPERT  
16h30 – AS AVENTURAS DE TIN TIN  
17h00 – A CASA DO MAGO  
17h30 – GUERRILHA  
**18h00 – ALTO-FALANTE (REAPRESENTAÇÃO)**  
**19h00 – AGENDA**  
**19h30 – JORNAL MINAS 2 EDIÇÃO (AO VIVO)**  
20h00 – REPÓRTER ECO  
**20h30 – CINE MAGAZINE**  
**21h00 – DOC TV – BRASIL IMAGINÁRIO**  
22h00 – NOTURNO  
23h00 – DOCUMENTÁRIO  
23h30 – CADERNOS DE CINEMA

## ANEXO G

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO EXIBIDA PELA EPTV RIBEIRÃO ENTRE OS DIAS  
6 E 12 DE NOVEMBRO DE 2004<sup>27</sup>****Sábado, 6 de novembro de 2004.**

06h20 – GLOBO EDUCAÇÃO  
06h40 – GLOBO CIÊNCIA  
07h10 – GLOBO ECOLOGIA  
07h35 – AÇÃO  
**08h00 – EPTV COMUNIDADE**  
**08h45 – CAMINHOS DA ROÇA**  
09h35 – TV GLOBINHO  
11h30 – OS SIMPSONS  
**12h00 – JORNAL REGIONAL 1 EDIÇÃO**  
**12h45 – GLOBO ESPORTE LOCAL**  
12h50 – GLOBO ESPORTE ESTADUAL  
13h15 – JORNAL HOJE  
**13h45 – TERRA DA GENTE**  
14h20 – CALDEIRÃO DO HUCK  
16h15 – SESSÃO DE SÁBADO  
18h05 – CABOCLA  
**18h55 – JORNAL REGIONAL 2 EDIÇÃO**  
19h10 – COMEÇAR DE NOVO  
20h15 – JORNAL NACIONAL  
22h55 – SENHORA DO DESTINO  
22h00 – ZORRA TOTAL  
23h05 – SUPERCINE

**Domingo, 7 de novembro de 2004.**

00h50 – ALTAS HORAS  
02h50 – CORUJÃO  
05h15 – UM SALTO PARA O FUTURO I  
05h35 – UM SALTO PARA O FUTURO II  
06h00 – SANTA MISSA COM O PADRE MARCELO  
07h00 – ANTENA PAULISTA  
07h30 – PEQUENAS EMPRESAS  
08h00 – GLOBO RURAL  
09h00 – AUTO ESPORTE  
09h30 – ESPORTE ESPETACULAR  
12h15 – A TURMA DO DIDI  
12h50 – TEMPERATURA MÁXIMA  
15h00 – DOMINGÃO DO FAUSTÃO

---

<sup>27</sup> Todos os programas citados em negrito são aqueles produzidos no local da sede da EPTV, ou seja, no sul de Minas e interior do Estado de São Paulo.

15h45 – FUTEBOL 2004 – CAMPEONATO BRASILEIRO: INTERNACIONAL x CORINTHIANS  
 23h30 – FANTÁSTICO  
 22h55 – SOB NOVA DIREÇÃO  
 23h40 – TIM FESTIVAL

**Segunda-feira, 8 de novembro de 2004.**

00h30 – DOMINGO MAIOR  
 02h40 – SESSÃO DE GALA  
 05h25 – TELECURSO 2000 – CURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
 06h30 – BOM DIA SÃO PAULO  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h50 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL REGIONAL 1 EDIÇÃO**  
**12h45 – GLOBO ESPORTE LOCAL**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE ESTADUAL  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h45 – VÍDEO SHOW  
 14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h35 – SESSÃO DA TARDE  
 17h35 – MALHAÇÃO  
 18h10 – CABOCLA  
**19h00 – JORNAL REGIONAL 2 EDIÇÃO**  
 19h20 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h55 – SENHORA DO DESTINO  
 22h00 – TELA QUENTE

**Terça-feira, 9 de novembro de 2004.**

00h10 – JORNAL DA GLOBO  
 00h45 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h50 – INTERCINE BRASIL  
 05h25 – TELECURSO 2000 – CURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
 06h30 – BOM DIA SÃO PAULO  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h50 – TV GLOBINHO

**12h00 – JORNAL REGIONAL 1 EDIÇÃO**

**12h45 – GLOBO ESPORTE LOCAL**

12h50 – GLOBO ESPORTE ESTADUAL

13h15 – JORNAL HOJE

13h45 – VÍDEO SHOW

14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO

15h40 – SESSÃO DA TARDE

17h20 – MALHAÇÃO

17h50 – CABOCLA

**18h40 – JORNAL REGIONAL 2 EDIÇÃO**

19h00 – COMEÇAR DE NOVO

20h15 – JORNAL NACIONAL

20h55 – SENHORA DO DESTINO

22h00 CASSETA E PLANETA

22h40 – A DIARISTA

23h20 – JORNAL DA GLOBO

23h55 – PROGRAMA DO JÔ

**Quarta-feira, 10 de novembro de 2004.**

01h25 – INTERCINE

03h00 – CORUJÃO

05h25 – TELECURSO 2000 – CURSO PROFISSIONALIZANTE

05h40 – TELECURSO 2000 – II GRAU

06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU

06h15 – GLOBO RURAL

06h30 – BOM DIA SÃO PAULO

07h15 – BOM DIA BRASIL

08h05 – MAIS VOCÊ

09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO

10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO

10h50 – TV GLOBINHO

**12h00 – JORNAL REGIONAL 1 EDIÇÃO**

**12h45 – GLOBO ESPORTE LOCAL**

12h50 – GLOBO ESPORTE ESTADUAL

13h15 – JORNAL HOJE

13h45 – VÍDEO SHOW

14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO

15h35 – SESSÃO DA TARDE

17h30 – MALHAÇÃO

18h00 – CABOCLA

**18h55 – JORNAL REGIONAL 2 EDIÇÃO**

19h15 – COMEÇAR DE NOVO

20h15 – JORNAL NACIONAL

20h45 – SENHORA DO DESTINO

21h30 – FUTEBOL 2004 – COPA SUL-AMERICANA: SANTOS x LDU

23h50 – JORNAL DA GLOBO

**Quinta-feira, 11 de novembro de 2004.**

00h25 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h55 – INTERCINE  
 03h30 – CORUJÃO  
 05h25 – TELECURSO 2000 – CURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h40 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000- I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
 06h30 – BOM DIA SÃO PAULO  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h50 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL REGIONAL 1 EDIÇÃO**  
**12h45 – GLOBO ESPORTE LOCAL**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE ESTADUAL  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h45 – VÍDEO SHOW  
 14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h40 – SESSÃO DA TARDE  
 17h15 – MALHAÇÃO  
 17h45 – CABOCLA  
**18h40 – JORNAL REGIONAL 2 EDIÇÃO**  
 19h00 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h15 – JORNAL NACIONAL  
 20h55 – SENHORA DO DESTINO  
 22h05 – A GRANDE FAMÍLIA  
 22h50 – LINHA DIRETA  
 23h30 – JORNAL DA GLOBO

**Sexta-feira, 12 de novembro de 2004.**

00h05 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h30 – INTERCINE  
 03h35 – CORUJÃO  
 05h25 – TELECURSO 2000 – CURSO PROFISSIONALIZANTE  
 05h45 – TELECURSO 2000 – II GRAU  
 06h00 – TELECURSO 2000 – I GRAU  
 06h15 – GLOBO RURAL  
 06h30 – BOM DIA SÃO PAULO  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h05 – MAIS VOCÊ  
 09h25 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h25 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h50 – TV GLOBINHO  
**12h00 – JORNAL REGIONAL 1 EDIÇÃO**  
**12h45 – GLOBO ESPORTE LOCAL**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE ESTADUAL

13h15 – JORNAL HOJE  
13h45 – VÍDEO SHOW  
14h30 – VALE A PENA VER DE NOVO  
15h35 – SESSÃO DA TARDE  
17h25 – MALHAÇÃO  
18h00 – CABOCLA  
**18h50 – JORNAL REGIONAL 2 EDIÇÃO**  
19h10 – COMEÇAR DE NOVO  
20h15 – JORNAL NACIONAL  
20h55 – SENHORA DO DESTINO  
22h00 – GLOBO REPÓRTER  
23h05 – OS ASPONES  
23h40 – JORNAL DA GLOBO

## ANEXO H

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO EXIBIDA PELA TV VANGUARDA ENTRE OS DIAS  
7 E 13 DE NOVEMBRO DE 2004<sup>28</sup>**

**Domingo, 7 de novembro de 2004.**

05h20 – TVE / MEC  
 06h00 – SANTA MISSA COM PADRE MARCELO ROSSI  
**07h00 – VANGUARDA COMUNIDADE**  
**07h30 – PEQUENAS EMPRESAS**  
 08h00 – GLOBO RURAL  
 09h00 – AUTO ESPORTE  
 09h35 – ESPORTE ESPETACULAR  
 12h20 – A TURMA DO DIDI  
 13h00 – TEMPERATURA MÁXIMA  
 15h00 – DOMINGÃO DO FAUSTÃO  
 16h00 – FUTEBOL 2004 – CAMPEONATO BRASILEIRO: INTERNACIONAL x CORINTHIANS  
 18h00 – DOMINGÃO DO FAUSTÃO  
 20h25 – FANTÁSTICO  
 23h00 – SOB NOVA DIREÇÃO  
 23h30 – TIM FESTIVAL

**Segunda-feira, 8 de novembro de 2004.**

**00h50 – PAPO VANGUARDA**  
 01h25 – DOMINGO MAIOR  
**03h00 – VANGUARDA TV EDIÇÃO DE DOMINGO**  
**03h30 – VÍDEO VANGUARDA**  
 03h55 – ANTENA PAULISTA  
**04h20 – TERRA DA GENTE**  
**05h00 – VANGUARDA COMUNIDADE**  
**06h30 – VANGUARDA TV BOM DIA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h00 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h15 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h35 – TV GLOBINHO  
**12h00 – VANGUARDA ESPORTE**  
**12h10 – VANGUARDA TV - 1 EDIÇÃO**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h40 – VÍDEO SHOW  
 14h20 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h40 – SESSÃO DA TARDE

---

<sup>28</sup> Todos os programas citados em negrito são aqueles produzidos no local da sede da TV Vanguarda, ou seja, nas cidades de Taubaté e São José dos Campos.

17h20 – MALHAÇÃO  
 17h40 – CABOCLA  
**18h40 – VANGUARDA TV - 2 EDIÇÃO**  
 19h00 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h00 – JORNAL NACIONAL  
 20h40 – SENHORA DO DESTINO  
 21h45 – TELA QUENTE  
 23h40 – JORNAL DA GLOBO

**Terça-feira, 9 de novembro de 2004.**

00h15 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h30 – INTERCINE BRASIL  
**04h00 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO**  
 04h30 – ANTENA PAULISTA  
**04h55 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO (REPRISE)**  
**06h30 – VANGUARDA TV BOM DIA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h00 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h15 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h35 – TV GLOBINHO  
**12h00 – VANGUARDA ESPORTE**  
**12h10 – VANGUARDA TV – 1 EDIÇÃO**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h40 – VÍDEO SHOW  
 14h20 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h40 – SESSÃO DA TARDE  
 17h20 – MALHAÇÃO  
 17h40 – CABOCLA  
**18h40 – VANGUARDA TV – 2 EDIÇÃO**  
 19h00 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h00- JORNAL NACIONAL  
 20h40 – SENHORA DO DESTINO  
 21h45 – CASSETA E PLANETA  
 22h20 – A DIARISTA  
 23h00 – JORNAL DA GLOBO  
 23h40 – PROGRAMA DO JÔ

**Quarta-feira, 10 de novembro de 2004.**

01h00 – INTERCINE  
**03h00 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO**  
**03h25 – ESPAÇO VANGUARDA (REPRISE)**  
**03h55 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO (REPRISE)**  
**04h20 – TERRA DA GENTE**  
**04h55 – ESPAÇO VANGUARDA (REPRISE)**  
**06h30 – VANGUARDA TV BOM DIA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL



08h00 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h15 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h35 – TV GLOBINHO  
**12h00 – VANGUARDA ESPORTE**  
**12h10 – VANGUARDA TV – 1 EDIÇÃO**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h40 – VÍDEO SHOW  
 14h20 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h40 – SESSÃO DA TARDE  
 17h20 – MALHAÇÃO  
 17h40 – CABOCLA  
**18h40 – VANGUARDA TV – 2 EDIÇÃO**  
 19h00 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h00 – JORNAL NACIONAL  
 20h50 – SENHORA DO DESTINO  
 21h40 – FUTEBOL – COPA SUL-AMERICANA: SANTOS x LDU  
 23h40 – JORNAL DA GLOBO

**Quinta-feira, 11 de novembro de 2004.**

00h15 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h30 – INTERCINE  
**04h15 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO**  
**04h40 – VÍDEO VANGUARDA**  
**06h30 – VANGUARDA TV BOM DIA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h00 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h15 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h35 – TV GLOBINHO  
**12h00 – VANGUARDA ESPORTE**  
**12h10 – VANGUARDA TV – 1 EDIÇÃO**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h40 – VÍDEO SHOW  
 14h20 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h40 – SESSÃO DA TARDE  
 17h20 – MALHAÇÃO  
 17h40 – CABOCLA  
**18h40 – VANGUARDA TV – 2 EDIÇÃO**  
 19h00 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h00 – JORNAL NACIONAL  
 20h40 – SENHORA DO DESTINO  
 21h55 – A GRANDE FAMÍLIA  
 22h50 – LINHA DIRETA  
 23h30 – JORNAL DA GLOBO

**Sexta-feira, 12 de novembro de 2004.**

00h00 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h30 – INTERCINE  
**03h35 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO**  
 03h55 – A DEFINIR  
**04h55 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO**  
**06h30 – VANGUARDA TV BOM DIA**  
 07h15 – BOM DIA BRASIL  
 08h00 – MAIS VOCÊ  
 09h30 – XUXA NO MUNDO DA IMAGINAÇÃO  
 10h15 – SÍTIO DO PICAPAU AMARELO  
 10h35 – TV GLOBINHO  
**12h00 – VANGUARDA ESPORTE**  
**12h10 – VANGUARDA TV – 1 EDIÇÃO**  
 12h50 – GLOBO ESPORTE  
 13h15 – JORNAL HOJE  
 13h40 – VÍDEO SHOW  
 14h20 – VALE A PENA VER DE NOVO  
 15h40 – SESSÃO DA TARDE  
 17h20 – MALHAÇÃO  
 17h40 – CABOCLA  
**18h40 – VANGUARDA TV – 2 EDIÇÃO**  
 19h00 – COMEÇAR DE NOVO  
 20h00 – JORNAL NACIONAL  
 20h50 – SENHORA DO DESTINO  
 22h00 – GLOBO REPÓRTER  
 23h05 – OS ASPONES  
 23h40 – JORNAL DA GLOBO

**Sábado, 13 de novembro de 2004.**

00h15 – PROGRAMA DO JÔ  
 01h40 – INTERCINE  
**03h50 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO**  
**04h20 – VÍDEO VANGUARDA**  
**04h40 – VANGUARDA TV – 3 EDIÇÃO (REPRISE)**  
**05h10 – TERRA DA GENTE**  
 06h20 – GLOBO EDUCAÇÃO  
 06h40 – GLOBO CIÊNCIA  
 07h15 – GLOBO ECOLOGIA  
 07h13 – AÇÃO  
**08h00 – ESPAÇO VANGUARDA**  
**08h30 – VANGUARDA MOTOR**  
 09h00 – TV GLOBINHO  
 11h30 – OS SIMPSONS  
**12h10 – VANGUARDA TV – 1 EDIÇÃO**  
 12h30 – GLOBO ESPORTE  
 13h00 – JORNAL HOJE  
**13h45 – VANGUARDA MIX**

14h30 – CALDEIRÃO DO HUCK

16h15 – SESSÃO DE SÁBADO

18h00 – CABOCLA

**18h45 – VANGUARDA TV – 2 EDIÇÃO**

19h00 – COMEÇAR DE NOVO

20h00 – JORNAL NACIONAL

20h50 – SENHORA DO DESTINO

22h00 – ZORRA TOTAL

23h10 - SUPERCINE